

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

LUCIA MARA DOS SANTOS MARTINS

**A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E A SUA INSERÇÃO NO MUNDO
DO TRABALHO NA ATUALIDADE**

VITÓRIA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

LUCIA MARA DOS SANTOS MARTINS

**A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E A SUA INSERÇÃO NO MUNDO
DO TRABALHO NA ATUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamentode Ciências
Sociais da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito parcial para obtenção
de título de Bacharela em Ciências Sociais.

Professora Orientadora: Dr^a. Lívia de Cássia
Godoi Moraes

VITÓRIA

2017

LUCIA MARA DOS SANTOS MARTINS

**A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E A SUA INSERÇÃO NO MUNDO
DO TRABALHO NA ATUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal do Espírito Santo, como
requisito parcial para obtenção de título de
Bacharela em Ciências Sociais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Dr^a Lívia de Cassia Godoi Moraes
(Orientadora)

Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Dr^a. Sônia Missagia Mattos

Universidade Federal do Espírito Santo (Banca
Examinadora)

DEDICATÓRIA

Aos meus amados filhos Leonardo, Bruno e Samuel, que são as minhas inspirações de vida, exemplos de resistência, perseverança, superação, coragem, fé, força. Fazem-me lutar e persistir, acreditando que em algum dia as diferenças, serão acolhidas e respeitadas, e que é possível uma sociedade verdadeiramente inclusiva e justa.

A todos os nossos Meninos e Meninas dos Centros de Vivências das APAES e Pestalozzis do Brasil, que são os que mais sofrem na sociedade, devido à invisibilidade, indiferença, preconceito exclusão social e do Mundo do Trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é, antes de tudo, ter o reconhecimento de que Pessoas fazem diferenças em nossas vidas e são estas que nos dão força para continuarmos lutando e acreditando que somos capazes de superar qualquer barreira e obstáculos. Portanto quero aqui reconhecer e agradecer aos que fizeram parte de todo este processo.

Neste sentido em primeiro lugar, gostaria muitíssimo de agradecer a minha orientadora Lívia de Cassia Godoi Moraes, que quando eu estava em processo de extrema fragilidade, me deu forças e me fez acreditar que iria superar os obstáculos e de que iria conseguir, sempre com esta frase que marca na alma: “Se tiver medo, vai com medo mesmo”.

À Professora Patrícia Pavesi que acreditou no meu projeto, me incentivou e indicou a minha orientadora de “Diamantes” Lívia Godoi.

À Minha Professora querida Sonia Missagia de Mattos que também foi uma grande incentivadora e acreditou que eu seria capaz, pessoa por qual tenho muitíssima estima.

A todos os Professores do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo e que em algum momento fizeram parte deste processo

A todos os meus colegas de curso e que passaram no meu caminho nesta caminhada, em especial a Catia Milli, Nilson Rocha, Daniel Juvêncio, Sandra Rios, Línea Vargas e Rosangela Cardoso.

Aos componentes do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis da Universidade Federal do Espírito Santo, pelo constante apoio e troca de conhecimentos.

A todos os meus familiares que sempre estiverem presentes e acompanhando esta jornada, com compreensão, incentivo e apoio.

As minhas professoras Marcia Lima e Fabíola Cerqueira, tutoras do meu período de estágio no curso de licenciatura em ciências sociais e eternas amigas.

Em especial, ao grupo de mães do coletivo “Mães Eficientes Somos Nós”, mães especiais, resilientes, lutadoras e guerreiras e que estão comigo na militância pelo direito a “Inclusão Real e Já” de nossos filhos com deficiência, acreditando sempre que: “Quando as Mães Especiais Vão à Luta Todas as Portas se Abrem”. Enfim! A todos que acreditaram que tudo daria certo, meu eterno agradecimento

EPÍGRAFE

“Não foi róseo o colorido que dei as figuras do capitalista e do proprietário de terras. Mas, aqui, as pessoas só se interessam na medida em que representam categorias econômicas, em que simbolizam relações de classe e interesses de classe”.

Karl Marx, O Capital (2008).

RESUMO

Esta pesquisa tem por intuito analisar como se dá ou como acontece a inserção da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho na atualidade. Trata-se de uma análise de conteúdo a partir de pesquisa documental e bibliográfica que abarca artigos científicos, monografias, dissertações, teses, bem como legislações pertinentes que trate desta temática. Para tanto, faz-se necessário perpassar todo o processo histórico de construção do ser com “deficiência intelectual” e a forma construída socialmente, para a inserção da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho, partindo da teoria social do trabalho, perpassando desde a visão ontológica do trabalho como construtivo do ser social, chegando aos modos de produção a partir da sociedade capitalista, pontuando a reestruturação produtiva do taylorismo/fordismo ao toyotismo, e se há impacto destas teorias para inserção da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho. A pesquisa centra-se especialmente no período mais recente em que é hegemônica a organização do trabalho toyotista, que trata diretamente da subjetividade e da capacidade intelectual dos trabalhadores e trabalhadoras.

Palavras-chave: Trabalho; Pessoa com deficiência intelectual; reestruturação produtiva; trabalhadores e trabalhadoras; subjetividade.

ABSTRACT

This research aims to analyze how is the insertion of people with intellectual disability in to the world of work today. It is an analysis of content from documentary and bibliographical research that covers scientific articles, monographs, dissertations, theses, as well as pertinent legislation that deals with this theme. In order to do so, it is necessary to go through the historical process of construction of the being with "intellectual disability" and the socially constructed form, to insert the person with intellectual disability in the world of work, starting from the social theory of work, ontological vision of work as constructive of the social being, reaching the modes of production from capitalist society, punctuating the productive restructuring of taylorism/fordism to toyotism, and if there is impact of these theories in the insertion of the people with intellectual disability in the world of work. The research focuses especially on the most recent period in which we have the hegemonic organization of toyotista work, that deals directly with the subjectivity and the workers intellectual capacity.

Keywords: Work; Person with intellectual disability; productive restructuring; workers; subjectivity.

LISTA DE SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

BPC- Benefício de Prestação Continuada

CCQ – Círculos de Controle de Qualidade

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CSN –Companhia Siderúrgica Nacional

EIR – Exército Industrial de Reserva

ES – Espírito Santo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LBI- Lei Brasileira de Inclusão

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ONU- Organização das Nações Unidas

PCDs- Pessoas com Deficiência

PCDI – Pessoa com Deficiência Intelectual

SCIELO – Scientific Eletronic Library Online

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESI- Serviço Social da Indústria

SESC- Serviço Social do Comércio

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

CÁPITULO I	12
1.1 INTRODUÇÃO	12
CÁPITULO II	22
ABORDAGEM DO MUNDO DO TRABALHO	22
2.1 – ONTOLOGIA DO TRABALHO	22
2.2- MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO	23
2.2.1. TAYLORISMO – FORDISMO	24
2.2.2- TOYOTISMO	27
2.2.2.1- TOYOTISMO NO BRASIL	34
2.2.2.2- TOYOTISMO E SUBJETIVIDADE	44
CÁPITULO III	50
INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIENCIA NO MUNDO DO TRABALHO NA ATUALIDADE	50
3.1- A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIENCIA INTELECTUAL	50
3.2 – LEGISLAÇÕES CONCERNENTES AOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	56
3.3- MERCADO DE TRABALHO E INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	62
3.3.1 - DEFICIENCIA INTELECTUAL, SUBJETIVIDADE E O MUNDO DO TRABALHO.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83

CÁPITULO I

1.1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se dá num momento em que a realidade do mundo do trabalho brasileiro tem passado por inúmeras modificações frente às novas propostas de mudanças nas legislações brasileiras que rege o mundo do trabalho, como é o caso da denominada reforma trabalhista aprovada através da LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017 e que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto - Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho e que passou a vigorar cento e vinte dias de sua publicação oficial. É notório mencionar a discussão recente e posta à aprovação da reforma da previdência e que também dará outra dinâmica ao mundo do trabalho na atualidade.

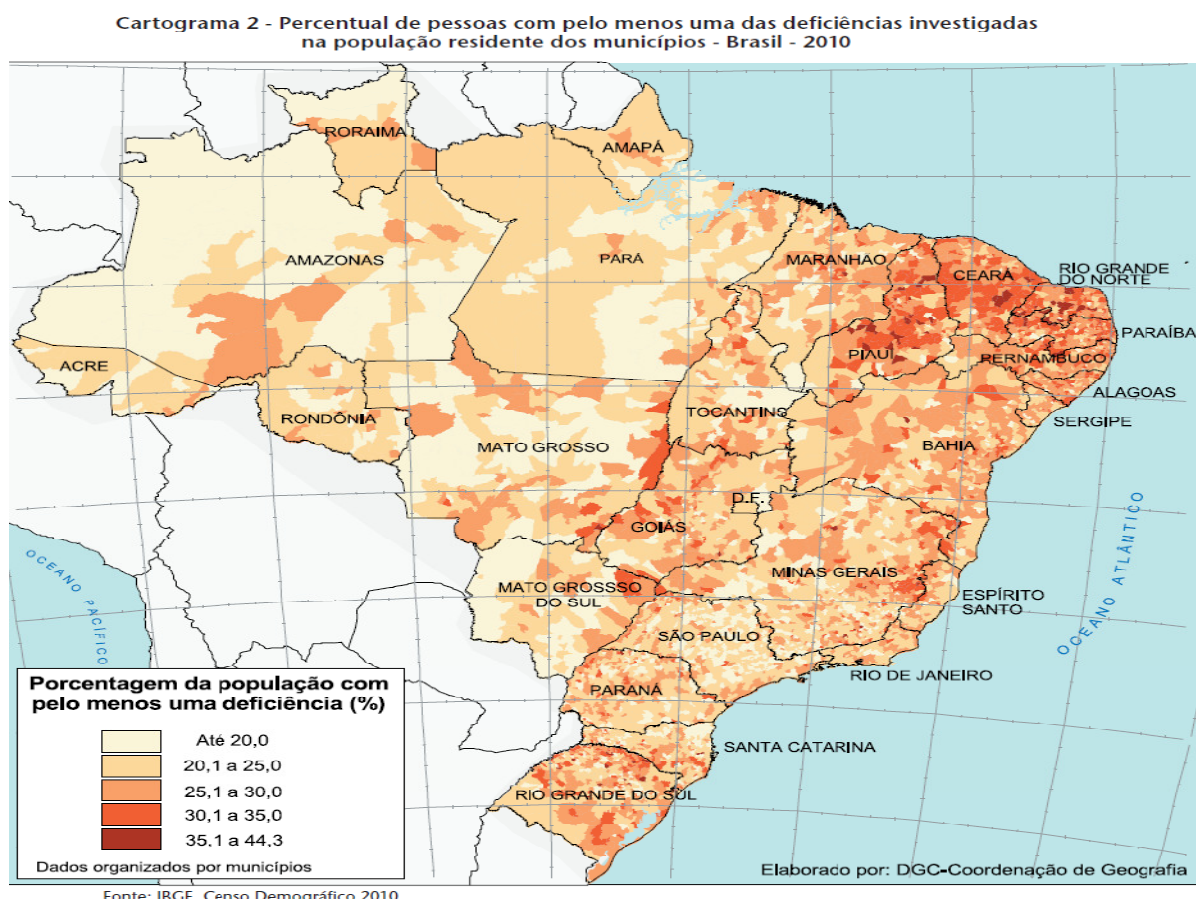
O interesse pela pesquisa é o de entender como se dá o contexto da inserção da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho na atualidade, visto que, por uma vivência pessoal e também de militância no movimento pelos direitos da pessoa com deficiência, tem sido muito notório observar e perceber as muitas dificuldades destes, de se inserirem no mundo do trabalho seja devido a um processo de escolarização deficitária, não interesse do capital, ou até mesmo devido à própria condição de deficiência.

Nesse sentido, de acordo com os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das 45 milhões de pessoas que apresentam alguma deficiência no Brasil, apenas 1% estão inseridas no mercado de trabalho, mesmo tendo passado 19 anos de existência da lei de cotas, em referencia aos últimos dados apresentados pelo IBGE no ano de 2010.

Os resultados do Censo Demográfico 2010 apontaram 45 606 048 milhões de pessoas que declararam ter pelo menos uma das deficiências investigadas, correspondendo a 23,9% da população brasileira. Dessas pessoas, 38 473 702 se encontravam em áreas urbanas e 7 132 347, em áreas rurais¹. A Região Nordeste

¹ Dados retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE- Censo Demográfico 2010 sobre as Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.

concentra os municípios com os maiores percentuais da população com pelo menos uma das deficiências, conforme o mapa abaixo:



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Fonte: (Censo Demográfico 2010, p. 73).

A conceituação teórica sobre quem é a pessoa com deficiência se refere à pesquisa demográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE- Censo Demográfico 2010 sobre as Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência em sua página 71 que definimos conceitos e definições e a existência dos tipos de deficiência permanente: visual, auditiva e motora, de acordo com o seu grau de severidade, e, também, mental ou intelectual:

O conceito de deficiência vem se modificando para acompanhar as inovações na área da saúde e a forma com que a sociedade se relaciona com a parcela da população que apresenta algum tipo de deficiência. Dessa forma, a abordagem da deficiência evoluiu do modelo médico – que considerava somente a patologia física e o sintoma associado que dava origem a uma incapacidade – para um sistema como a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF, divulgada pela Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO) em 2001, que entende a incapacidade como um resultado tanto da

limitação das funções e estruturas do corpo quanto da influência de fatores sociais e ambientais sobre essa limitação (Censo demográfico IBGE, 2010, p.71)

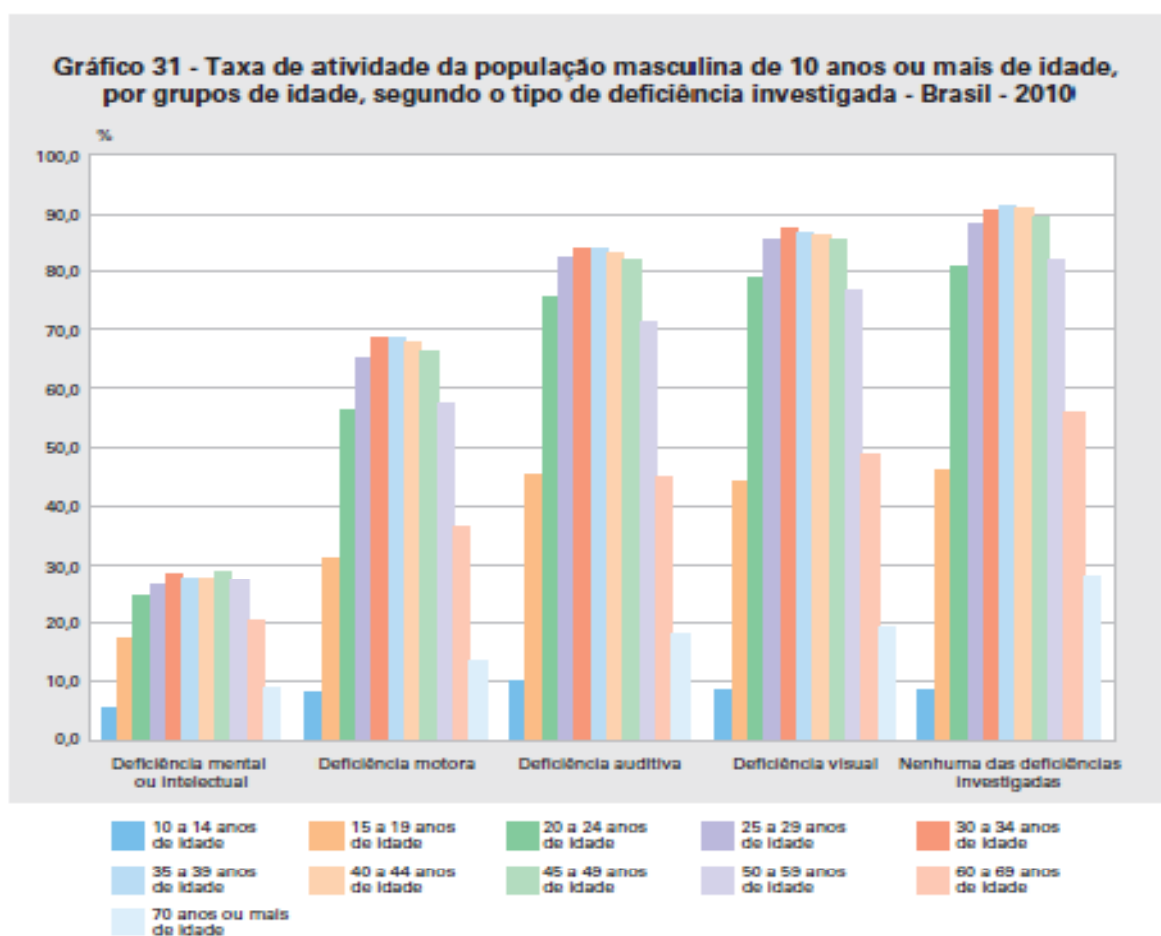
Dessa forma também é partir deste documento é que se darão as próximas definições, sendo que:

No Censo Demográfico 2010, as perguntas formuladas buscaram identificar as deficiências visual, auditiva e motora, com seus graus de severidade, através da percepção da população sobre sua dificuldade em enxergar, ouvir e locomover-se, mesmo com o uso de facilitadores como óculos ou lentes de contato, aparelho auditivo ou bengala, e a deficiência mental ou intelectual. A investigação dos graus de severidade de cada deficiência permitiu conhecer a parcela da população com deficiência severa, que se constitui no principal alvo das políticas públicas voltadas para a população com deficiência. São consideradas com deficiência severa visual, auditiva e motora as pessoas que declararam ter grande dificuldade ou que não conseguiam ver, ouvir ou se locomover de modo algum, e para aquelas que declararam ter deficiência mental ou intelectual (Censo demográfico IBGE, 2010, p.72).

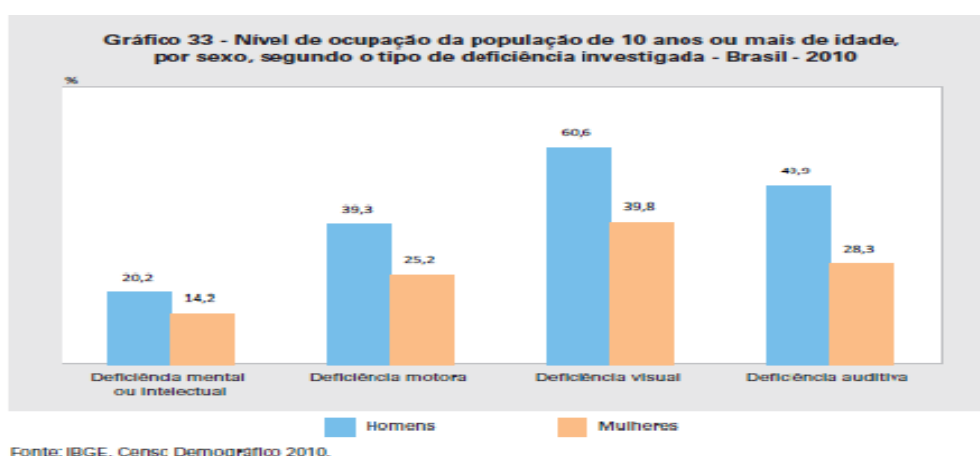
Foi pesquisado se a pessoa tinha alguma deficiência mental ou intelectual permanente que limitasse as suas atividades habituais, como trabalhar, ir à escola, brincar etc. A deficiência mental é o retardo no desenvolvimento intelectual e é caracterizada pela dificuldade que a pessoa tem em se comunicar com outros, de cuidar de si mesma, de fazer atividades domésticas, de aprender, trabalhar, brincar etc. Em geral, a deficiência mental ocorre na infância ou até os 18 anos de idade. Não se considerou como deficiência mental as perturbações ou doenças mentais como autismo, neurose, esquizofrenia e psicose (Censo demográfico IBGE, 2010, p.28).

O Gráfico² abaixo mostra a situação do contexto da deficiência intelectual no Brasil. Observa-se que a inserção destes nas atividades laborais, são mínimas se considerar as outras deficiências.

² Análise dos resultados Comparando as taxas de atividade por tipo de deficiência investigada observou-se que a deficiência mental ou intelectual exerceu uma maior influência sobre a participação na força de trabalho tanto para a população masculina quanto para a feminina. A deficiência motora também atuou como um fator limitante, porém as diferenças entre as taxas de atividade de homens com deficiência motora e com deficiência auditiva foram maiores do que aquelas observadas para as mulheres de mesma condição. Mesmo sendo o tipo de deficiência que mais incidiu sobre a população, a deficiência visual exerceu uma menor influência na taxa de atividade, seguida da deficiência auditiva. Observa-se ainda que as taxas de atividade da população feminina com deficiência visual para as idades de 10 a 29 anos foi ligeiramente superior às taxas da população feminina sem nenhuma das deficiências investigadas. Informações retiradas do documento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE- Censo Demográfico 2010 sobre as Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. (p.85)



Fonte: (Censo Demográfico 2010, p. 85).



³Fonte: (Censo Demográfico 2010, p. 87).

³ Considerando a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal, verificou-se que a maioria das pessoas ocupadas com pelo menos uma das deficiências investigadas era

Considerando o que foi apresentado sobre a pessoa com deficiência, é preciso perpassar brevemente o início da história da era industrial, para buscar um início de entendimento da proposta da pesquisa.

O advento da revolução industrial que se iniciou na Inglaterra no século XVIII, fez surgir novas fabricação formas de organização na sociedade e a de produtos voltados para o mercado consumidor. À revolução industrial foi um processo de transição da manufatura, quando os produtos eram feitos de modo artesanais, para as novas formas de produção, feito por maquinários. Foram sendo inseridos no processo de produção, novos métodos, novas técnicas e novas formas de se produzir o produto e uma expropriação da força de trabalho e a exploração da mais valia⁴.

empregada com carteira de trabalho assinada (40,2%), embora com percentual menor do que o daquelas sem nenhuma dessas deficiências (49,2%). No caso das empregadoras, observou-se que o seu percentual na população ocupada com pelo menos uma das deficiências investigadas (1,8%) foi também menor do que o referente às pessoas sem qualquer dessas deficiências (2,1%). Em relação ao rendimento nominal mensal de trabalho percebido pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, com pelo menos uma das deficiências investigadas, observou-se que 46,4% dessa população ganhava até 1 salário mínimo ou não tinha rendimento, uma diferença de mais de nove pontos percentuais para população sem qualquer dessas deficiências (37,1%). As diferenças por existência de deficiência diminuem nas classes mais altas de rendimento. Ao adicionar a essa análise o tipo de deficiência, constatou-se que, para as pessoas ocupadas com deficiência mental, o maior percentual se encontrava nas classes de mais de ½ a 1 salário mínimo de rendimento de trabalho (27,6%). Situação semelhante ocorreu para a deficiência motora, porém o percentual foi de 28,7%. Informações retiradas do documento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE- Censo Demográfico 2010 sobre as Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. (p. 87)

⁴ A teoria da mais-valia constitui a pedra angular da teoria econômica de Marx. O capital, criado pelo trabalho do operário, oprime o operário, arruína o pequeno patrão e cria um exercito de desempregados. Na indústria, é imediatamente visível o triunfo da grande produção; mas também na agricultura deparamos com o mesmo fenômeno: aumenta a superioridade da grande exploração agrícola capitalista, cresce o emprego de maquinaria, a propriedade camponesa cai nas garras do capital financeiro, declina e arruína-se sob o peso da técnica atrasada. Na agricultura, o declínio da pequena produção reveste-se de outras formas, mais esse declínio é um fato indiscutível. Esmagando a pequena produção, o capital faz aumentar a produtividade do trabalho e cria uma situação de monopólio para os consórcios dos grandes capitalistas. A própria produção vai adquirindo cada vez mais um caráter social - centenas de milhares e milhões de operários são reunidos num organismo econômico coordenado - enquanto um punhado de capitalistas se apropria do produto do trabalho comum. Crescem a anarquia da produção, as crises, a corrida louca aos mercados, a escassez de meios de subsistência para as massas da população. Ao fazer aumentar a dependência dos operários relativamente ao capital, o regime capitalista cria a grande força do trabalho unido.

LÉNINE V. I. As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo. [http://files.agb-recife.webnode.com.br/200000028b54e4b649e/As%20Tr%C3%AAs%20Fontes%20e%20as%20Tr%C3%AAs%20partes%20Constitutivas%20do%20Marxismo%20\(Lenin\).pdf](http://files.agb-recife.webnode.com.br/200000028b54e4b649e/As%20Tr%C3%AAs%20Fontes%20e%20as%20Tr%C3%AAs%20partes%20Constitutivas%20do%20Marxismo%20(Lenin).pdf). Acesso em 11 de dezembro de 2017. p.3

Diante disso, neste estudo se analisará as teorias fordista/taylorista/toyotista, com o intuito de perceber como se dá a inserção da pessoa com deficiência intelectual, perpassando pela análise do processo de construção histórica do “ser deficiente” a luta pela inclusão e pela garantia de direitos e o lugar da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho, atravessando todo este campo de estudo do mundo e da força de trabalho, reestruturação produtiva para entender como se dá este processo, se considerar as especificidades do trabalhador com deficiência intelectual e como se dá esta inserção no mundo do trabalho, e se há dificuldades para esta inserção.

Considerando as especificidades da pessoa com deficiência intelectual, é preciso discutir, para entender como se dá todo este processo e para isso faz-se necessário fazer toda uma construção histórica do que é “ser deficiente”, nesta atual sociedade e se existem, quais são as dificuldades para a inserção destes sujeitos com deficiência intelectual no mundo do trabalho, e se há algum reflexo a partir da análise da reestruturação produtiva da passagem do taylorismo/fordismo ao toyotismo.

Nesse ponto, esta pesquisa será de grande relevância, visto que, ao pesquisar sobre este tema, ou seja, o sujeito com deficiência intelectual no mundo trabalho, a partir de uma visão sociológica e baseada nos pressupostos teóricos da sociologia do trabalho em sites de pesquisas e de grande relevância nacional como o Banco de teses e dissertações da CAPES e o site da Biblioteca digital Brasileira de Teses e dissertações, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, poucas pesquisas foram encontradas nesta área específica, as maiores das pesquisas encontradas, estão baseadas nos pressupostos teóricos da área da administração, direito, educação psicologia, serviço social e nenhuma destas, baseada nos pressupostos teóricos da sociologia do trabalho e sociologia da deficiência. Neste sentido percebe que:

[...] a mesma tecnologia que simboliza o máximo de humanização, da inteligência humana como fonte transformadora da natureza e produtora da cultura, não se submete à apropriação e, portanto à humanização, de um significativo número de pessoas. Sujeitos esses, que dado o formato da organização social, não alcançam os benefícios que os novos e complexos artefatos tecnológicos proporcionam a alguns. (ALVES; VEBER; SHEID, 2008, p. 144).

O que se observa é que muitos destes sujeitos quando inseridos no mercado de trabalho, são em atividades laborais tais como: auxiliar de limpeza, embalador de supermercados ou outras atividades laborais de menor conotação social.

Portanto, o maior interesse em realizar esta pesquisa se dá devido a estas muitas percepções sobre as dificuldades destes sujeitos com deficiência intelectual em se inserir no mercado de trabalho, e se considerar que no processo histórico da construção social e do trabalho como forma do homem controlar e dominar os processos da natureza e delas produzir riquezas e considerando que desse modo alguns sujeitos, não se sentirão incluídos, visto que, neste mesmo processo histórico em algumas sociedades era considerado que nem todos os homens eram formados fisicamente ou dotados de uma capacidade intelectual para conseguir viver por meio de sua força de trabalho em que:

A importância dos produtos produzidos por meio do trabalho exigindo o labor corporal físico sensorial e mental para a manutenção da vida da sobrevivência da espécie, o destino daqueles que possuíssem alguma deficiência era na maioria das vezes, a morte a segregação legalmente instituída ou religiosamente aceita. (SOUSA. [s.d] p. 69).

Esta pesquisa é também relevante para se entender como é visto este sujeito com deficiência intelectual dentro do mundo do trabalho. Como se dão as nuances para a inserção destes sujeitos? Será que dentro dos modos de produção fordista/taylorista e toyotista, estes sujeitos tem seu espaço? É possível que estes sejam reconhecidos? É possível perceber como se dá todo este processo de inserção das pessoas com deficiência intelectual, considerando as novas formas e modos de produção? As mudanças no âmbito da organização do trabalho, especialmente o caráter hegemônico do toyotismo, vêm causando impacto na contratação do trabalhador/a trabalhadora com deficiência intelectual no Brasil a partir dos anos 1990?

Mais uma das relevâncias desta pesquisa, é investigar se as mudanças no mundo do trabalho no que diz respeito à organização científica, especialmente da hegemonia toyotista, impactaram para a inserção ou não da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e perceber se há a inserção destes sujeitos no mundo do trabalho.

Diante do apresentado, temos como objetivo geral deste estudo analisar como as mudanças no âmbito da organização do trabalho, especialmente o caráter hegemônico do toyotismo, vêm impactando o trabalhador/a trabalhadora com deficiência intelectual no Brasil a partir dos anos 1990.

Por objetivos específicos temos o intuito de buscar a compreensão das mudanças no mundo do trabalho no que diz respeito à organização científica, especialmente da hegemonia taylorista-fordista para a toyotista. Conhecer como se deu todo o processo da construção do ser “deficiente”. Pesquisar sobre as especificidades do ser social e do trabalhador com deficiência intelectual e Investigar se as legislações brasileiras que asseguram os direitos destes trabalhadores impactam de alguma forma os trabalhadores/trabalhadoras com deficiência.

Em relação à metodologia, trata-se de uma análise documental e qualitativa através da análise de conteúdo em que consiste: “numa técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo evidente da comunicação” (In: PRATES, 2003, p.14). Será baseada na pesquisa bibliográfica e documental com base no materialismo histórico e dialético através da análise de dados de outras pesquisas como teses e dissertações, entre outros documentos. Nesse sentido, podemos dizer que a pesquisa bibliográfica é:

Desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (GIL, 2002. p.44).

Considerando que há poucos estudos relacionados ao tema e que esta pesquisa é de grande relevância para se busque informações para que se constituam dados a partir dos resultados desta, outra metodologia a ser utilizada será através da exploratória que se dá com o objetivo de:

Proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que

possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002, p.41).

Partindo desta forma de análise metodológica, perpassando os conteúdos teóricos da pesquisa, fazendo o que propõe PRATES, a pré- análise do conteúdo a ser pesquisado, uma descrição analítica dos fatos e a interpretação inferencial que se constitui de uma “análise, interpretação e explicação dos conteúdos manifestos e latentes, realizada a partir da mediação entre o conteúdo descrito e a teoria que orienta o pesquisador para a realização das inferências (PRATES,2003, p.14).

Desse modo, a pesquisa se dará pela análise documental, a partir da seleção de fontes, na reconstrução dos fatos, buscando nos documentos os assuntos que são inerentes à pesquisa, conceituando-os e os delimitando a partir dos conceituais teóricos que se dará a pesquisa.

Nesse sentido, a pretensão da pesquisa se fará partir de ferramentas teóricas que se permita ver o sujeito com deficiência intelectual a partir da perspectiva de totalidade e se possível a partir de conceituais teóricos baseados numa proposta sociológica em que talvez possa perceber que: [...] “o caráter transitório de todas as coisas e compreendendo que este movimento é marcado pela contradição” (LANCILLOTTI, 2003, p.2).

Para Gil (2002) a pesquisa pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que:

[...] Tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados (GIL, 2002, p. 17).

Portanto a relevância desta pesquisa e num viés marxiano será importante se for considerar que:

O acirramento da questão social, apesar da redução de algumas desigualdades no Brasil, nos últimos anos, vem acompanhado pelo surgimento de novos modos de exclusão/ inclusão precária que mascaram esses processos. Em que pese a perspectiva de aprofundamento da democracia e da ampliação do acesso a direitos para o conjunto da população, fruto de muitas lutas populares, a disputa entre projetos políticos que afirmam esses direitos como elementos fundamentais ao desenvolvimento de novos patamares de sociabilidade e os projetos que os negam, afirmando que os investimentos sociais precisam ser reduzidos e sua responsabilidade transferida à sociedade, continua sendo central no cenário contemporâneo. A nova crise estrutural vivenciada pelo capitalismo, que teve início em 2007/2008, assinala um momento de recrudescimento ainda maior da questão social, o que seguramente trará, por um lado, novas mazelas sociais, e, por outro, a possibilidade histórica de que se conformem novas formas contra hegemônicas. Estes aspectos precisam ser contemplados nas investigações e análises realizadas por pesquisadores comprometidos com seu tempo histórico, para que possam contribuir com o desvendamento das múltiplas determinações que condicionam o real e com os valores que a eles são subjacentes (PRATES, 2012, P.126).

Nesse sentido e considerando que as pessoas com deficiência intelectual são os que mais sofrem com o acirramento da exclusão no sistema capitalista de produção, se fará interessante a investigação pela pesquisa.

CÁPITULO II

ABORDAGEM DO MUNDO DO TRABALHO

2.1 – ONTOLOGIA DO TRABALHO

O trabalho, partindo da visão ontológica, é a condição básica para que o ser humano continue existindo. Para que exista o ser social e este se sente pertencente ao grupo, a centralidade está no trabalho, como diz Marx “o trabalho é, antes de mais, um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem medeia, regula controla a sua troca material com a natureza através da sua própria acção” (MARX, 2013, s.p). Portanto, partindo do ponto em que a humanidade está assentada no trabalho, através da interação entre homem e natureza e da compreensão e concepção marxista em que a razão do homem ser homem se dá através do trabalho. Podemos dizer que:

Nessa perspectiva, a razão do homem ser homem só pode ser compreendida e apreendida na sua complexidade a partir do trabalho. O trabalho é um processo no qual participa o homem e a natureza, através de sua força de trabalho é capaz de transforma-la utilizando os meios que encontra nela. Essa atividade é especificamente humana (ALVES, VEBER, SCEID, 2008, p.149).

É através do trabalho que o homem produz todas as fontes de riquezas existentes, através da transformação dos materiais existentes na natureza, que são convertidos em riqueza, porém o trabalho vai muito mais além de serem fontes de riqueza “é a condição básica e fundamental de toda vida humana.” (ENGELS, 2004, [s.p]).

O trabalho é essencial para a existência humana e é um processo de que participam o homem e a natureza, em que o homem, através de sua ação, passa a impulsionar, regular e controlar sua troca de material com a natureza. Neste processo há a interação de seu corpo com a natureza e dessa forma:

Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo-braços e pernas, cabeças e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo de forças naturais. (MARX, 2008.p.211).

O trabalho é importante para a fundamentação das coisas e para a relação social um com os outros, é o fundamento da sociabilidade e do social, é uma categoria

transicional entre o biológico e o social. É por meio deste que somos obrigados a se relacionar com os outros. Ainda que o trabalho não garanta a reprodução material, ele é a base para a construção da humanidade, e como diz Marx , o trabalho como forma exclusivamente humana em que o homem “Atuando assim na natureza externa e modificando-a , ao mesmo tempo que modifica sua própria natureza” (MARX,2008, p.211)

Colbari (1995) aponta o trabalho como: “portador de significações sociais que sustentam uma hierarquia cultural e social”(COLBARI, 1995, p.235), e significa que,o trabalho“é um código manipulado pelos indivíduos como qualquer outro código moral institucionalizado” (COLBARI, 1995, p.235).

2.2- MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

Com o advento da revolução industrial, que se iniciou na Inglaterra no século XVIII, houve um processo de transição para a manufatura. Ou seja, os produtos antes eram feitos de forma artesanal, em que o produtor comandava todo o processo de trabalho e era o detentor tanto dos instrumentos quanto da matéria prima, em que a produção era essencialmente uma atividade humana, e o produtor produzia no seu próprio tempo e à sua maneira, e sem depender de outros “[...] enquanto as ferramentas ou os implementos simples que usava pouco mais eram do que uma extensão de seus próprios dedos” (DOBB, 1963, p. 261).

Com o advento das máquinas,o camponês, que antes era dono de sua própria força de trabalho, é transformado em operário. Ao ser transformado em operário, ele também se transforma em mercadoria, tendo ele como única forma de prover seu próprio sustento à venda de sua força de trabalho para o capitalista. Esse utiliza da exploração do trabalhador, retirando para si todo o tempo de trabalho excedente ao tempo de trabalho necessário e a expropriação da sua força de trabalho.Marx pontua que:

O uso da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a fazendo o vendedor dela trabalhar. Este ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: Força de trabalho em ação, trabalhador” (MARX, 2008, p.211)

2.2.1. TAYLORISMO – FORDISMO

Segundo Pinto (2010), no século XIX, Frederick Winslow Taylor refletiu a respeito de como poderia eliminar a proteção do tempo de trabalho, concluindo que se subdividisse ao máximo todas as atividades realizadas pelos trabalhadores em tarefas bem fáceis de serem executadas, poderia obter o controle real das atividades, calculando o tempo necessário em cada movimento. Na verdade, o que Taylor buscou foi à eliminação do tempo morto e para isso, acreditava na administração como verdadeira ciência, dessa forma, o planejamento das atividades da fábrica ficaria a cargo dos “gerentes”, já que na hipótese dele, os trabalhadores não são seriam capazes de fazê-lo. Sugeriu que [...] “para que houvesse maior prosperidade era preciso maior produção possível de homens e máquinas”. (MORAES, 2007, p.65) e dessa forma para alcançar resultados positivos [...] “Ele pregou a vigilância intensa para eliminar a “vadiagem” e para regular o tempo de trabalho, sempre visando à eficiência através de métodos científicos”(MORAES, 2007, p.65). Para isso, também utilizou de vários métodos da administração científica e pregava uma cooperação mútua entre os trabalhadores, e para isso “a seleção de pessoal deveria ser feita pela gerência, e não pelos próprios trabalhadores, não deveria ser algo aleatório, mas rígido, mesmo que a inteligência não fosse o fator prioritário da escolha” (MORAES, 2007, p.66).

Neste modelo taylorista de produção, o homem é considerado como máquina, um trabalho bovino, que vai para além de sua capacidade de força, o trabalho neste modelo, é setorizado em que cada trabalhador exerce sua função dentro da fábrica. O trabalho intelectual é separado do trabalho mecânico. Dentro das fábricas são muitos para atuar no trabalho mecânico e poucos para pensar o trabalho intelectual de como se desenvolver mecanismos para melhorar a produção e a produtividade com menor tempo e mão de obra, sendo esta função específica para o dono da fábrica. Neste sentido, no modelo taylorista o trabalhador serve apenas para executar o trabalho, esse exerce o trabalho repetitivo e padronizado. Além disso, o trabalho é totalmente verticalizado desde o parafuso até o maquinário.

No fim do século XIX e início do século XX, a divisão do trabalho dentro das fábricas já se mostravam concentradas o suficiente para que se pudesse verificar expressamente a separação de funções e vantagens entre a produção e a administração (PINTO, 2013).

Desse modo, a solução encontrada por Taylor:

[...] seria o estabelecimento de uma divisão de responsabilidades e de tarefas, na qual, aos executores de um determinado trabalho, fossem delegadas apenas as atividades estritamente necessárias à execução desse trabalho, dentro de moldes extremamente rígidos (PINTO, 2013, p. 29).

O crescimento dos modos de produção taylorista se consolidou de fato, nos Estados Unidos, e Europa a partir de 1920, após a primeira guerra mundial. Com o fim da guerra, houve a volta dos contingentes militares e com isso a prioridade das indústrias era a de estabelecer a organização do trabalho e por causa disso "[...] administração científica voltará a ser implementada em detrimento da corrente de administração de pessoal" (HELOANI, 1996, p. 43). Segundo Helloani, (1996), com o fim da guerra, houve um favorecimento do capital devido a dois fatores: com a volta dos contingentes militares, aumentou também a disponibilidade de mão de obra disponível e numa redução de salários, diminuía as exigências de pessoal, mas ao mesmo tempo, aumentava a produtividade. Essa relativa disponibilidade de mãos de obra, fez com que se permitisse que se aumentasse a exploração sobre o trabalho e o corte nos salários.

Com a expansão do taylorismo, Henry Ford traz uma grande inovação, a produção em série, onde o trabalhador fica parado em um único ponto, e o que se move é o objeto de trabalho, que percorre todas as fases produtivas sobre um mecanismo automático, mais conhecido como esteira. Nesse processo, Pinto (2003) aponta que intervenção criativa do trabalhador é praticamente nula, como também a sua percepção do processo como um todo.

O ideal do modelo fordista era desenvolver um sistema em que se padronizassem os produtos, fabricando-os numa imensa escala, reduzindo ao máximo seu preço de custo, processo que ficou conhecido como produção de massa. Em contrapartida, era exigido um consumo de massa, para isso, aumentando o valor do salário do trabalhador, dando a eles a possibilidade de se adquirir os produtos⁵. Nesse sentido

⁵ Importante observar que neste sentido há uma contradição: o aumento dos salários, não se deu apenas como forma de consumo, mas também devido à resistência dos trabalhadores. Um processo de luta em que os trabalhadores ao questionar o sistema imposto e Ford ao "[...] enfrentar o grande levante operário que se instaurou em sua empresa, quando implementou decididamente esse sistema de organização". No auge do conflito, no dia que os funcionários qualificados se uniram, recusando a trabalhar sobre tais normas, ele simplesmente demitiu todos, anunciando na porta da fábrica, no dia seguinte (para desespero dos demitidos), um salário tremendamente elevado para a

[...] “a elevação da renda em vista dos melhores salários que poderiam ser pagos em função do aumento das vendas e, portanto dos lucros empresariais” (PINTO, 2010, p.35).

Dessa forma, o fordismo vem partindo de uma nova concepção, mas dando continuidade em alguns pontos, ao sistema implantado por Taylor, trazendo para o chão da fábrica a esteira mecânica com o intuito de aumentar o processo de produção com um menor numero de trabalhadores, mas com maior eficácia para o aumento da produção de mercadorias e gerando com isso a acumulação das mercadorias nas fábricas. O Sistema taylorista foi incorporado nesse processo, pois na divisão taylorista os trabalhadores e suas ferramentas eram distribuídos ao longo de uma linha de produção, e na transição para o modelo fordista, esses foram sendo substituídos por máquinas automáticas que passaram a se encarregar do deslocamento que antes era feito pelo trabalhador. Dessa forma pode se dizer que:

[...] o sistema taylorista foi incorporado e desenvolvido pelos dispositivos organizacionais e tecnológicos fordistas, na medida em que, no lugar dos homens responsáveis pelo deslocamento dos materiais e objetos de trabalho, máquinas automáticas passaram a se encarregar por tal, suprimindo o trabalho humano numa produção cuja cadência continua impunha uma concentração dos movimentos dos trabalhadores somente dentro do raio de ação que efetivamente transformava as matérias primas em produtos acabados (PINTO, 2010, p.37).

No modelo taylorista-fordista, há o interesse de em vez de se elevar a especialização das atividades do trabalho, o que ocorre é a limitação e simplificação, a ponto de se tornar o trabalhador como o “apêndice da máquina” (PINTO, 2010, p.38), assim sendo:

A intervenção criativa dos trabalhadores neste processo é praticamente nula, tal como sua possibilidade de conceber o processo produtivo como um todo, pois cada qual é fixado num mesmo ponto da produção o tempo inteiro, de modo que se possibilite à linha de montagem trazer, automaticamente e numa cadência exata à sua frente, o objeto de seu trabalho, estando cada trabalhador equipado em seu posto com todas as ferramentas e instrumentos necessários ao alcance da mão. [...] O nível de simplificação impede qualquer abstração conceitual sobre o trabalho e isso, vale dizer, é uma finalidade do sistema (PINTO, 2010, p.38).

época, para qualquer trabalhador que aos cargos abertos se candidatasse”. (PINTO, 2010, p.40. grifo nosso). Percebe-se que Ford aumentou o salário apenas depois de uma greve, na ocasião ele demitiu os grevistas e aumentou o salário do resto. Por isso, pode-se pontuar criticamente que o salário não é apenas para consumo, mas também é um instrumento ideológico de cooptação.

Uma das inovações no fordismo foi a criação de dentro das fabricas de setores específicos, como o departamento de “Recursos Humanos” e que tinha a função de manter a “ordem” do trabalhador dentro e fora da fabrica, ou seja, [...]“ restabelecer psicológica e fisicamente os trabalhadores cansados da rotina estafante no ambiente de trabalho e, especialmente , de organizar a sua vida pessoal”(PINTO, 2010, p.40).

No modelo taylorista /fordista, percebe-se que a capacidade intelectual critica do trabalhador para exercer as atividades nas linhas de produção, não é muito levado em conta. Neste ponto, o que se valoriza é a escolha do “operário perfeito”, em boas condições de saúde e que não vai reclamar das condições de trabalhos impostas, um trabalhador flexível e fácil de ser substituído e sem nenhum custo. Um trabalhador produtivo e que vai funcionar diuturnamente e neste processo um ganho na produtividade. Nestes modelos de produção , segundo Pinto (2012), junto com a difusão do Estado de Bem Estar Social, estes dois modelos fizeram com que fosse empreendido um projeto de sociabilidade, no qual o único objetivo é a da composição de um coletivo de homens e mulheres em que não só estivessem dispostos a trabalhar na empresa, mas viver cotidianamente “uma vida maquinal, enquanto consumidores de serviços e de produtos industrializados em massa”. (PINTO, 2012, p.135).

Já na transição do modelo fordista/taylorista para o modelo toyotista, surge uma nova proposta para o chão da fábrica, pois além de inovar os modelos anteriores, aumenta o processo de lucro com a produção, e o homem neste processo, é trabalhado a partir da sua subjetividade, para que ele produza mais, com menor tempo e sem se sentir explorado.

2.2.2- TOYOTISMO

O fim da segunda guerra mundial, conflito este que terminou no ano de 1945 com a rendição da Alemanha, Itália e o Japão, sendo o último a assinar o acordo do tratado de rendição, sofrendo severos ataques dos Estados Unidos, que despejou bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, o que provocou a morte de milhares de cidadãos japoneses e um triste rastro de destruição das cidades, das fábricas, das indústrias, fazendo com que o Japão passasse por uma grave crise

financeira. Neste contexto, o Japão passa por séria crise para a reestruturação das cidades e de seu setor produtivo, visto que, várias cidades foram destruídas, muitas mortes, um contingente de pessoas com algum tipo de deficiência, devido à guerra.

Neste mesmo contexto de pós-guerra, o continente europeu e asiático passam por uma fase reestruturação econômica. A acumulação proposta pelos sistemas anteriores como o taylorismo /fordismo, já não dão conta deste contexto. Foi necessário, em termos organizacionais, arranjar outra forma de se organizar a produção, uma reestruturação produtiva, que fosse flexível e que atendesse ao mercado e aos interesses do capital. Segundo Heloani (1996, p. 63) os anos posteriores à guerra, foram marcados por momentos de tensão.

A luta dos trabalhadores por aumento de salários irá persistir e em 1970, será deflagrada greve na General Motors Company, que questionava o sistema capitalista e as formas de exploração que era incutida aos trabalhadores. Questionavam também as novas formas de reestruturação produtiva. A resistência operária aos planos de reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho, foram marcantes na luta dos trabalhadores da General Motors Company, o dono da fábrica estava interessado em aumentar a sua produtividade, concatenando com o aumento da lucratividade, e as consequências disso, foi o aumento da exploração da força de trabalho (taxa de mais-valia) e exploração do trabalhadores..

Neste contexto, os salários e horas extras serão diminuídos e os trabalhadores que sofreram perdas salariais durante a guerra, não irão se conformar e decretam greve na luta por melhores salários. Neste mesmo momento é criado War Labor Board⁶, com o objetivo de administrar o conflito. É através desta comissão que o presidente Truman consegue analisar que se podem aumentar os salários, sem ter que reduzir os preços. Dessa forma o objetivo da greve é alcançado e os salários são aumentados.

É com este contexto do pós-guerra que se percebe de que o sistema de trabalho taylorismo /Fordismo, não irá dar conta de atender as demandas do capital e que será necessário um novo sistema que além de incrementar os anteriores, tenha que dar conta das demandas crescentes do mercado e do capital. É importante

⁶ Instituto de arbitragem entre capital e trabalho- Comissão tripartite formada de trabalhadores, empresários e burocratas de Estado. (HELLOANI, 1996, p.62)

perceber como se deu este momento histórico para tentar a compreensão de como se dá a inserção da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho na atualidade, visto que, neste momento histórico específico, há uma necessidade de reestrutura social, a mão de obra existente está em forte decadência devido a vários motivos. Muitas pessoas morreram neste contexto de guerra e muitos voltaram com algum tipo de deficiência. Será a partir deste contexto de pós- guerra e com o aumento de número de pessoas mutiladas que iniciará a luta das pessoas com deficiência por dignidade humana e por direitos.

Portanto, como é possível entender o papel das pessoas com deficiência neste contexto?⁷ Elas tiveram um lugar no mundo do trabalho neste contexto de reestruturação produtiva? Como entender que com a mudança na reestruturação produtiva, os países em crise conseguiram se reestruturar, rapidamente? Como se deu esta reestruturação? E como as pessoas com deficiência foram sendo vistas neste contexto até na atualidade? É possível que o toyotismo explique todo este contexto de forma a entender como se dará a inserção da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho na atualidade? Será que neste novo modelo as pessoas com deficiência intelectual terão espaços no mundo do trabalho? Ou estas serão relegadas, visto que neste novo modelo há uma intensa captura da subjetividade do trabalhador e um culto a um trabalhador polivalente, flexível e com capacidades de solução de problemas. Sendo que, até certo ponto, há uma exigência de que o trabalhador seja criativo e pronto para improvisar caso seja necessário uma solução rápida para uma resolução de problemas dentro da fábrica. Dentro do Sistema Toyotade Produção, se exige uma flexibilidade do processo de produção e uma organização flexível na organização em que:

[...] O trabalhador deve ser capaz de ocupar diferentes postos de trabalho, de intervir em diferentes tipos de materiais, de inserir-se em diferentes segmentos do processo de trabalho etc. Fluidez e flexibilidade se conjugam para exigir uma força de trabalho polivalente, qualificada, operando em equipes, que ligam estreitamente operários, técnicos, administradores etc. (ALVES, 2011, p.50).

Nesse sentido, para se entender toda esta dinâmica, é preciso entender como se dão as relações no trabalho no modelo toyotista e se realmente este trabalhador com deficiência intelectual consegue incorporar este tipo de trabalhador exigido, se for considerada todas as suas especificidades.

⁷ Questionamentos que serão discutidos no decorrer da pesquisa.

O limiar da acumulação flexível do capital se dá com a reestruturação produtiva no toyotismo com novas propostas para acumulação do capital, a era da acumulação flexível no ocidente. O mundo a partir dos anos 70 entra em crise, o fordismo/taylorismo já não dão conta deste novo momento. O modelo toyotista de produção criado por Taiichi Ohno, no Japão tinha como objetivo, dar uma melhor eficiência na linha de produção e com isto conseguir concorrer com os norte-americanos na questão de produtividade, eficiência e eficácia. Segundo Pinto, o sistema Toyotista de organização se fundamentava em:

[...] Uma metodologia de produção e de entrega mais rápidas e precisa que os demais, associada justamente à manutenção de uma empresa “enxuta” e “flexível”. Isso era obtido pela focalização no produto principal, gerando desverticalização e subcontratação de empresas que passavam a desenvolver e a fornecer produtos e atividades, com utilização de uma força de trabalho polivalente- agregando em cada trabalhador atividades de execução, controle de qualidade, manutenção, limpeza, operação de vários equipamentos simultaneamente, dentre outras responsabilidades. ”(PINTO, 2010, p.46).

Com a crise do padrão na acumulação fordista /taylorista e que advém de uma crise estrutural do capital, foi necessário que fosse implementado este novo modelo de produção e que, segundo Antunes (2010 p. 45), este novo modelo é voltado para ser conduzido diretamente pela demanda, com produção variada, diversificada e pronta para suprir o consumo, é esta demanda que vai determinar o que será produzido e não o contrario como era nos sistemas anteriores.

Segundo Antunes (1999, p.45), o intuito desta reestruturação produtiva foi a recuperação do ciclo produtivo, ao mesmo tempo, repor o projeto de dominação societal, que estava comprometido e que já havia sido abalado pelo confronto e os conflitos do trabalho e pelas lutas sociais, que questionara alguns dos pilares da sociabilidade do capital. Dessa forma, foi preciso que houvesse várias transformações⁸ no processo produtivo, não descartando totalmente os sistemas anteriores, mas trazendo elementos de continuidade e descontinuidade, enlaçando alternativas de gestão, aproveitando o que tinha dado certo, mas indo mais além, implantando dentro deste sistema, novas formas de relações de trabalho e um culto a subjetividade do trabalhador e potencializando as relações de individualismo

⁸ “Essas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital à sua crise estrutural”. (ANTUNES, 1999, p.47/48)

em que o trabalhador é responsável pelo seu sucesso. Neste sentido, surgem novas propostas para se melhorar o desempenho da produção e fazer com que o trabalhador se sinta parte do processo como o incentivo ao trabalho em equipe; no desenvolvimento de líderes que vivenciam a filosofia da empresa; respeitem o desafio e desenvolvimento no trabalho em equipe. Desta forma, dentro do modelo Toyota de produção e o sistema Toyota de Produção (STP), com o discurso da produção enxuta⁹ passa-se a trabalhar a partir de quatro pilares¹⁰, segundo Jeffrey K. Killer (2005), ao explicar sobre o modelo Toyota de produção e que ele considera ser um “modelo de sucesso” que criou a produção enxuta e que na visão dele pode ser usado em qualquer organização para tornar mais eficaz qualquer processo empresarial desde vendas até desenvolvimento de produtos, marketing, logística e administração, são estes os quatro pilares:

- Solução de problemas- (Aprendizagem e melhoria contínua);
- Funcionários e parceiros- (Respeitá-los, desafia-los e desenvolvê-los);
- Processo- (Eliminação de perdas);
- Filosofia- (pensamento de longo prazo).

Neste novo modelo passa a se vigorar também como princípio de metodologia de trabalho o processo “Just in Time”, “metodologia que busca reduzir continuamente todo o “estoque” de tempo e efetivos. Esta baseia-se num aparato de informação e reposição de produtos chamado kanban¹¹.”(PINTO, 2017, p.64). Com esta nova forma de reorganização e de suas formas de dominação societal, o capitalismo, através deste novo modelo. Não procurava só reorganizar o processo de produção e sim a iniciação de um processo de busca de hegemonia nas mais diversas esferas

⁹ Um processo definido por James Womack e Daniel Jones como um processo de cinco passos: definir o valor do cliente, definir o fluxo de valor, fazê-lo “fruir”, “puxar” a partir do cliente e lutar pela excelência. Para ser uma indústria enxuta, é preciso um modo de pensar que se concentre em fazer o produto fruir através de processos ininterruptos de agregação de valor (fluxo unitário de peças), um sistema puxado que parta da demanda do cliente, reabastecendo somente o que a operação seguinte for consumir em curtos intervalos, e uma cultura em que todos lutem continuamente para a melhoria. (LIKER, 2005, p.29)

¹⁰ “4ps”do modelo Toyota. (LIKER, 2005, p.28).

¹¹ [...] “Dispositivo mecânico que conduzia caixas no sentido inverso da produção (ou seja, dos postos posteriores aos anteriores), contendo cartazes (Kanban.em japonês) com informações sobre a quantidade necessária de alimentação dos postos subsequentes, ao mesmo tempo em que outras caixas passaram a circular no sentido normal do fluxo produtivo dos postos anteriores aos posteriores), carregadas das peças ou materiais encomendados por cada um desses postos. (PINTO,2010,p.65)”

da sociabilidade. Uma produção voltada para a acumulação flexível¹² e baseada num sistema enxuto e flexível de produção e que perpassa até os dias atuais e que nesse sentido pode Alves e Moraes (2006) ao pontuarem sobre algumas estratégias empresariais no capitalismo global e toyotismo e a “captura” da subjetividade, fazer uma reflexão sobre este novo capitalismo, uma análise para além do local do trabalho, buscando refletir também o impacto desta nova forma de estrutura de trabalho que além de capturar a subjetividade do trabalhador, impacta na reprodução social da sociedade, faz uma reestruturação nos espaços urbanos e tempos sociais e na organização do tempo, entre outras estratégias usadas e nesse sentido eles pontuam que:

O que se constituiu nos últimos trinta anos do novo capitalismo, baseado no regime de acumulação predominantemente financeirizado, foi uma nova estrutura social baseada no paradigma da acumulação flexível que tem na gestão toyotista o seu "momento predominante". Ela atinge, é claro, o local de trabalho, mas também a própria vida cotidiana e as relações sociais em geral. Fora do local de trabalho as pessoas são atingidas pela nova lógica produtiva do capital. Estamos diante de um processo de reestruturação produtiva que pressupõe uma mutação sócio-metabólica. Na verdade, alterou-se a dinâmica interna de importantes grupos sociais (empresa, escola, família, relações conjugais e entre os sexos, atividades de lazer, partidos, sindicatos, etc). Ela não se resume apenas à crise de um padrão de acumulação de capital, nem muito menos à crise de um padrão de organização da produção. Ela anuncia, com todas as consequências daí advindas, a crise de um determinado "modo de vida". Enfim, ocorreu uma transformação crucial na matéria social, dada pela organização do tempo, avassalada pela racionalidade de mercado.(ALVES; MORAES, 2006, p.106).

Outro fato que acontece é o de que: “No local de trabalho, sob a gestão toyotista, impõe-se o simulacro da comunidade baseado nos valores da empresa. Confiança, lealdade e compromisso devem ser dados apenas à empresa” (ALVES; MORAES, 2006,p.107).

Estas transformações, entre muitas outras novas formas de reorganização do trabalho, que persistem nas relações de trabalho até os dias atuais, mudam a forma das relações sociais e de trabalho. É pautado se apoiando para subjetividade, que é o próprio trabalhador que passa a ser o total responsável por sua própria formação, é ele o responsável pelo seu próprio sucesso e fracasso, passa a se exigir do trabalhador, não somente a execução de variadas tarefas dentro do ambiente de

¹²“denominação de Harvey(1992) que traz à tona o principal objetivo dessa nova ordem: a flexibilização dos mercados de trabalho, das relações de trabalho, dos mercados de consumo, das barreiras comerciais, do controle da iniciativa privada pelo estado e, nesse ponto, devemos adentrar o âmbito das transformações ocorridas na esfera da política”.(PINTO,2010 p.47)

trabalho, master “ainda a responsabilidade de se reunir continuamente com a gerência, sugerindo melhorias nos processos de maneira a cortar estoques e elevar a produtividade” (PINTO, 2017, p.74).

Neste novo modelo de produção, “[...] Em vez do trabalho desqualificado o operário torna-se polivalente. Ao invés da linha individualizada, ele integra uma equipe” (ANTUNES, 2015, p.48). Antunes também aponta que, em vez da produção de massa de veículos para pessoas desconhecidas, o trabalhador passa a fabricar para atingir a satisfação da sua equipe que está na sequência de sua linha. “No sistema Toyota, os engenheiros do chão da fábrica deixam de ter um papel estratégico e a produção é controlada por grupo de trabalhadores”(ANTUNES, 2015, p.48).

Outro ponto do toyotismo e que é apontado por Antunes(2015, p.47) é a efetiva flexibilização do aparato produtivo e a inevitável flexibilização dos trabalhadores. Os direitos também passam a ser flexíveis e de modo a dispor da força de trabalho destes trabalhadores em funções diretas de acordo com a necessidade do mercado consumidor. Ele aponta também que este modelo se estrutura a partir de uma quantidade mínima de trabalhadores e são ampliado às horas extras, uma contratação maior de trabalhadores temporários, ou subcontratações, que vai depender das condições e as demandas do mercado.

Antunes (2015, p.33) afirma que é a partir da década de 1980, que se presenciam as maiores transformações no mundo do trabalho nos países de capitalismo avançado, nas formas de inserção na estrutura produtiva de representação sindical e política. Ele pontua que:

Foram tão intensas as modificações, que se pode afirmar que a classe que-que-vive-do-trabalho- sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 2015, p.33)

Antunes (2004) aponta que particularmente na década de 1990 em que ocorreram outras transformações no plano da organização sociotécnica do universo produtivo, dentre elas o “[...] redesenho da divisão internacional do trabalho, metamorfoses no mundo do trabalho e no espaço da organização sindical, reterritorialização da produção, dentre tantas outras” (ANTUNES, 2004, p.14).

2.2.2.1- TOYOTISMO NO BRASIL

No Brasil as últimas décadas do século XX, tem sido de intensas transformações e mudanças que impactaram a economia e o mundo do trabalho. Segundo Souza, (2008), ele aponta que, O Brasil como projeto colonial da colônia portuguesa, já nasceu sob a égide da dependência externa. Apesar de ter se tornado independente no começo do século XIX, não foi resolvido o problema, pois a Inglaterra crescentemente foi assumindo [...] “o lugar de Portugal no domínio econômico do Brasil, situação que se consolidou o período da Republica Velha, nas três primeiras décadas do século XX” (SOUZA, 2008, p.1).

Por isso, para entender o processo do Mundo do Trabalho no Brasil, faz-se necessário entender como se deu todo o nosso processo histórico e as várias crises econômicas vivenciadas no Brasil no final do século XIX e início do século XX, pontuo aqui a crise econômica da Grande Depressão¹³ que ocorreu de 1929-30, período em que a economia brasileira já estava fragilizada e que resultou em transformações nos rumos do Mundo do trabalho no Brasil. Souza (2008, p.3),ao pontuar sobre uma das contradições ao modelo agroexportador baseado no café, esgotado aos longos de 1920e que culminou com o seu colapso em 1930, vai dizer que decorreu da vulnerabilidade característica da exportação de um único produto primário e a outra é a de que não se fazia acompanhar ao avanço do processo de urbanizaçãoque estava ocorrendo,resultante da intensificação do comercio exterior que não se fazia acompanhar por um constante avanço da industrialização e o resultado disso, foi o desemprego e inflação. Getúlio Vargas, ao comandar aRevolução de 1930 chega ao poder através da defesa deuma politica de superação da crise e de incentivo a industrialização no Brasil, com um discurso nacionalista e populista e voltado para o desenvolvimento industrial pleno. Com a proliferação das fábricas, culminou-se também com um montante de trabalhadoresassalariados e

¹³ Maior crise econômica que assolou a economia capitalista; deflagrada pelo colapso da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, generalizou-se para o conjunto do mundo capitalista ao longo da primeira metade dos anos 1930.(SOUZA, 2008, p.2).

“a economia agroexportadora fundada no café e atrelada aos interesses ingleses entrou em colapso a partir de 1930. Em meio à crise, ocorreu uma importante mudança política no país, que conduziu ao poder forças políticas que, durante a década de 1920, haviam realizado vários enfrentamentos com os governos da Republica Velha. Lideradas por Getúlio Vargas, aproveitaram-se da crise econômica para retomar o projeto industrializante ensaiado nos primeiros anos da República. Ao mesmo tempo, implementou-se uma legislação de proteção ao trabalho que ainda hoje , nos seus traços fundamentais vigora no país”(SOUZA, 2008, p.2).

também o início da organização de trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho, entre outras exigências. Surge também a partir deste período a CLT:

Toda essa legislação de proteção ao trabalho, adicionada a outras conquistas como o descanso semanal, as férias e a licença-gestante reenumerados, proteção ao trabalho do menor, instituição da segurança do trabalho, jornada de 06 horas para bancários, telefonistas, mineiros e outras categorias profissionais, foi consolidada, em 1º de maio de 1943, num único texto legal: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), documento que ainda hoje, em seus aspectos fundamentais, regula as relações de trabalho no país (SOUZA, 2008, p.16).

Após a década de 40, o Brasil vai passar por intensas transformações no campo econômico, político e social no período entre guerras na Europa e na Ásia, e que culminou em uma crise a nível mundial. Na política externa brasileira, são feitos acordos políticos com EUA, para favorecer a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. No campo econômico, os primeiros anos do pós-guerra favoreceram o crescimento econômico nacional, com a redução das importações causadas pelo conflito, há um crescimento da industrialização e a diversificação da produção agrícola, construção de novas fábricas, tomadas iniciativas para as áreas de transporte e energia, com a abertura de estradas, ampliação de portos e construção de usinas hidrelétricas. No campo social, há um crescimento da população urbana que passa de 26% para 51% e mesmo com a população crescendo mais nas cidades, o Brasil termina a década como um país predominantemente rural, com 33,2 milhões de pessoas (64% do total) vivendo no campo¹⁴. No campo da educação profissional é implantado o sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Social do Comércio (SESC).

Já na década de 1970 com a crise do capital atingiu países capitalistas centrais e Moraes (2013, p.48) ao estudar sobre a Crise estrutural do capital e a resposta neoliberal, nos anos de 1974/75, vai pontuar que foram marcados pela primeira recessão generalizada pós-Segunda Guerra Mundial e o modo de produção capitalista e que objetiva a produção de massa e uma exploração incessante da mais valia, “em que a apropriação real dessa mais-valia se subordina à possibilidade de venda das mercadorias produzidas, no mínimo por seu preço de produção,

¹⁴ Câmara dos Deputados. Década de 40. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/decada-de-40>>. Acesso em 18 de Novembro de 2018.

incluindo o lucro médio, ou que lhe permitam realizar sobrelucro” (Moraes 2007, p.48). Nesse sentido, percebe que a crise do capital:

Tendeu a impulsionar, principalmente nas décadas seguintes, uma série de transformações sócio históricas que envolveram as mais diversas esferas do ser social capitalista. A primeira grande recessão do pós-guerra, em 1973, inaugura o período histórico de “crise estrutural do sistema do capital”, marcada pela sobreacumulação e intensa concorrência internacional. Sob o impulso da mundialização do capital, constitui-se um novo complexo de reestruturação produtiva. Buscando instaurar e impor um novo padrão de acumulação capitalista em escala planetária e que se impôs cada vez mais as corporações transnacionais, imprimindo-lhes sua marca,(ALVES,2011,p.11).

No Brasil, não será diferente, com a crise do modelo desenvolvimentista, a partir da década de 1980 /1990, os rumos do mundo trabalho e do emprego, sofrerão transformações radicais devido às reformas políticas e econômicas implementadas no país e que visavam uma recomposição do processo de acumulação capitalista e que haviam sido interrompidas com o esgotamento do modelo desenvolvimentista adotado por Vargas desde os anos de 1930. Estas reformas foram “calcadas no aprofundamento do processo de reestruturação produtiva, na globalização financeira e no forte aparato da ideologia neoliberal” (PEDROSO, [s,d], [s.p]). Ela também pontua que é a partir de 1990 que o modelo político-ideológico hegemônico neoliberal torna-se hegemônico no Brasil, aprofundando a reestruturação produtiva e os modelos flexíveis de produção, assumindo o caráter de paradigmas dominantes na produção e no trabalho. Neste sentido Antunes, vai pontuar que estas transformações ocorridas no Brasil vão desencadear “uma onda enorme de desregulações nas mais diversas esferas sociopolíticas” (ANTUNES, 2004, p.13). O contexto marcado pela paralisia econômica e social, em que país estava passando, com aumento da dívida externa, aumento da inflação, baixos salários e um significativo aumento da pobreza, é que faz surgirem os primeiros impulsos para a reestruturação produtiva e aos longos dos anos de 1990 a ascensão do neoliberalismo¹⁵ no Brasil.

¹⁵ “O neoliberalismo compreende a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, englobando produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade, compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais. “Neo” liberalismo porque se impõe e generaliza em escala mundial, alcançando inclusive os países nos quais se havia experimentado ou continua a se experimentar o regime socialista ou o planejamento econômico centralizado. Sob o neoliberalismo, reforma-se o Estado tanto dos países que se haviam organizado em moldes socialistas como os que sempre estiveram organizados em moldes capitalistas.

A política neoliberal é adotada no Brasil com a eleição de Fernando Collor de Mello eleito em 1989, para assumir o cargo de Presidente do Brasil em 1990 e que tinha como base um projeto de modernização do país e que segundo aponta Moraes (2007, p. 57), desencadeou “uma modernização neoliberal, cujo âmbito social mais penalizado, no “Terceiro Mundo”, foi o do trabalho”, em que sofreu uma devastadora reestruturação produtiva e acrescida de desindustrialização, e que teve como resultado os indivíduos se enveredarem para a economia informal sem nenhuma seguridade, nesse contexto, Collor faz o lançamento do que ele chamou de “pacote econômico”, ou Plano Brasil Novo ou Plano Collor. Este pacote era instituído por 20 medidas provisórias que tinha como intuito “atacar todas as frentes, nesta incluída a medida provisória que instituía o Programa Nacional de Desestatização”.¹⁶ (PEDROSO, [s,d], [s.p]), instituído pela lei nº 8.031 de 1990 e que cuja alegação para a instituição da lei era a de que as empresas estatais eram ineficientes.

O Plano de Governo proposto por Collor não deu certo, devido a algumas razões: insatisfação popular com a política econômica adotada, recessão, aumento da inflação, aumento no número de desempregados, Imposto sobre Grandes Fortunas, Imposto Territorial Rural, Imposto da Propriedade Urbana e que apesar de dar vazão as medidas neoliberais, não agradou o capital estrangeiro e nem ao empresariado nacional, levando então o seu governo a uma crise de instabilidade política, perdeu a credibilidade e com o envolvimento em corrupção levou a sociedade brasileira a se indignar e o que gerou o movimento nacional que foi denominado de “caras pintadas”, que levou ao seu impeachment, sendo sucedido pelo seu vice – Itamar Franco, com um discurso voltado a tradição reformista e nacionalista. Moraes

Realizam-se a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o “Estado mínimo”, que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga. Tudo isto baseado no suposto de que a gestão pública ou estatal de atividades direta e indiretamente econômicas é pouco eficaz, ou simplesmente ineficaz. O que está em causa é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade e, tendo em conta mercados nacionais, regionais e mundiais” (IANNI, 1998, p.30).

I

¹⁶ O Plano Nacional de Desestatização foi criado pela Lei nº 8.031 de 1990. Mattoso indica que a partir de “1991 a 2002, o PND privatizou 69 empresas e participações acionárias estatais federais nos seguintes setores: elétrico, petroquímico, de mineração, portuário, financeiro, de informática e de malhas ferroviárias. Muitos estados e municípios foram compelidos pelo governo federal, mediante condicionamentos financeiros, a privatizar seus ativos, quando então foram privatizados em São Paulo, por exemplo, a Ferrovia Paulista S/A (FEPASA) e o Banco do Estado de São Paulo (Banespa).” (MATTOSO, 2010, p. 49 APUD PEDROSO, s,d, s.p.)

(2007,p. 58) aponta que Itamar Franco, apesar de discursar “a respeito de mudanças que favorecessem a economia e a população contra a miséria, mas, na prática, teve uma política de continuidade ao governo Collor”.

Em 1994,Fernando Henrique Cardoso, assume como Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco, trazendo como meta, o estabelecimento de um Plano de Ação Imediata (PAI) e que tinha como objetivo, ações voltadas a combater a inflação e um novo ordenamento econômico, ou seja, um plano de estabilizaçãoe que posteriormente se chamou de “Plano Real”. Seu governo foi marcado por uma política neoliberal e quen governo de Fernando Henrique Cardoso, Alves (2002) denominou de neoliberalismo claudicante e que:

Constituiu-se, a partir de uma coalizão política liberal-conservadora bastante ampla, uma nova hegemonia burguesa, capaz de articular as elites políticas, regionais e nacionais, num programa econômico voltado para a estabilização monetária e a reforma do Estado capitalista no país. Criaram-se novas perspectivas para investimentos privados, internos e externos; no plano geopolítico regional, o Mercosul teve um impulso político considerável. (ALVES, 2002.p.74)

Fernando Henrique Cardoso,reeleito para assumir o seu segundo mandato deu continuidade a submissão ao neoliberalismo, adotou um processo de abertura econômica desregulamentação e privatizações, o Brasil adentra a “festa” da mundialização financeira conforme apontaMoraes, (2007, p. 60). Nesse sentido, observa-se que a política neoliberal adotada por FHC, delineou para mudanças no mundo do trabalho conforme afirma Alves(2003) ao pontuar sobre a degradação da objetividade (e subjetividade) do trabalho no Brasil, ele vai dizer que:

Se por um lado é perceptível a descontinuidade de conjuntura na economia capitalista no Brasil nos anos 90, principalmente no tocante a oscilações no PIB (Produto Interno Bruto), o que merece ser destacado, por outro lado, é a linha contínua de degradação do mundo do trabalho, tanto em sua dimensão objetiva (exposta à exaustão por indicadores sócioestatísticos), quanto em suas instâncias subjetivas (que merecem ser investigadas com indicadores apropriados)

Apesar das novas vulnerabilidades sistêmicas, as políticas neoliberais contribuíram para a constituição de um cenário propício para os grandes negócios capitalistas no País, principalmente ligados ao capital financeiro predominante. Na ótica do capital, a “década neoliberal” constituiu um sistema progressivo de novas sinergias para a valorização capitalista, principalmente em sua forma fictícia (como atesta a alta rentabilidade dos bancos nos anos 90).

Entretanto, as políticas neoliberais e o novo complexo de reestruturação produtiva conseguiram alterar a dinâmica da sociabilidade do trabalho no Brasil, degradando-a, tanto no sentido objetivo, ou seja, no tocante à

materialidade da organização do processo de trabalho, quanto no sentido subjetivo, principalmente no plano da consciência de classe. O aprofundamento da degradação estrutural do mundo do trabalho na “década neoliberal” colocou elementos qualitativamente novos de sociabilidade capitalista capazes de indicar o surgimento da barbárie social como categoria concreta da reprodução social no País (com impactos perversos nas formas de luta de classe).

A linha contínua de degradação do mundo do trabalho que se delineou na “década neoliberal” significa um processo estrutural de transformações da objetividade e subjetividade da classe trabalhadora no Brasil, em especial do setor industrial, com impactos decisivos no sindicalismo e nos movimentos sociais urbanos e rurais. É provável que os anos 90 tenham sido um importante “elo de transição” para uma nova configuração do mundo do trabalho no Brasil, de acordo com a nova dinâmica da acumulação capitalista mundial (ALVES, 2003, p.8).

Neste sentido, Mattoso(1999), vai apontar que o intenso processo de desestruturação do mercado de trabalho ocorrido nos anos 90 e, sobretudo, durante o primeiro mandato de governo de Fernando Henrique Cardoso “teve como pedra de toque uma acentuada redução da capacidade de geração de empregos formais”. (MATTOSO, 1999 p.17)

Num cenário estagnação econômica, recessão e desemprego, ocorre a eleição em outubro de 2002 e com um discurso de “mudança” é eleito para Presidente da República o candidato populista, Luiz Inácio Lula da Silva, obtendo 61,3% dos votos válidos. Moraes (2007) aponta que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, “sinalizava para muitos eleitores a desmontagem da fase neoliberal, entretanto, um ano e meio depois o PT mostrava sua verdadeira face, a da política de continuidade” (MORAES, 2007, p.61).

Nesse sentido Filgueiras, pontua que:

O Governo Lula deu prosseguimento (radicalizando) à política econômica implementada pelo segundo Governo FHC, a partir da crise cambial de janeiro de 1999: metas de inflação reduzidas, perseguidas por meio da fixação de taxas de juros elevadíssimas; regime de câmbio flutuante e superávits fiscais acima de 4,25% do PIB nacional. Adicionalmente, recolocou na ordem do dia a continuação das reformas neoliberais implementando uma reforma da previdência dos servidores públicos e sinalizando para uma reforma sindical e das leis trabalhistas—, além de alterar a Constituição para facilitar o encaminhamento, posterior, da proposta de independência do Banco Central e dar sequência a uma nova fase das privatizações, com a aprovação das chamadas Parcerias Público-Privado (PPP), no intuito de melhorar a infra-estrutura do país —uma vez que a política de superávits primários reduz drasticamente a capacidade de investir do Estado. Por fim, completando o quadro, reforçou as políticas sociais focalizadas (assistencialistas).

Desse modo, com o abandono do programa histórico do PT, de caráter social-democrata-nacional-popular, e com a manutenção do programa e das políticas neoliberais, o Governo Lula evitou enfrentamentos com o bloco dominante, governando com e para ele. Portanto, nem de longe, está se vivendo uma fase de transição pós-neoliberal, mas sim um ajustamento e consolidação do modelo neoliberal-que tem possibilitado uma maior unidade política do bloco dominante, isto é, tem reduzido o atrito no seu interior (FILGUEIRAS, 2006 p.186).

A percepção é a de que apesar de Lula ter sido eleito como um governo do povo, ele também se limitou a atender os interesses do mercado. Dessa forma, com a sua “política econômica de cariz neoliberal, entre os anos de 2003 e 2004, ocorreu um aumento de dois milhões de desempregados e ampliou em quase 60% o contingente de trabalhadores na informalidade” (ANTUNES apud MORAES, 2007, p.61).

Conforme já apontado anteriormente, a década de 90 foi de intensas transformações na política econômica e social do Brasil e conseqüentemente repercutiu no mundo do trabalho. Alves (2003) num ensaio intitulado “Trabalho e Sindicalismo no Brasil - Um balanço da Década Neoliberal” ao pontuar sobre “O balanço da “década neoliberal” no Brasil, vai dizer que “indica o aprofundamento da desigualdade social no Brasil. Uma de suas principais características é a deterioração dos indicadores de renda do trabalho”. Diante do cenário apresentado foi- se necessário desenvolver ajustes no setor produtivo: reestruturação e flexibilização de produção. Neste sentido, Pedroso vai dizer que:

Diante do cenário de liberalização, abertura econômica e de exposição à competição globalizada, o setor industrial brasileiro precisou desenvolver um acelerado ajuste nos seus quadros funcionais, levando adiante o aprofundamento do processo de reestruturação produtiva que já vinha sendo implementado, de forma tímida, desde as décadas anteriores. [...]

O aprofundamento da reestruturação produtiva não se tratava apenas de um processo de ampliação da automação microeletrônica, mas sim da sistematização das novas estratégias organizacionais inspiradas na produção enxuta, toyotista e flexível conjugada à utilização intensiva dos mecanismos propiciados pelas tecnologias informacionais e empresa-rede (PEDROSO, [s.d], [s.p]).

Nesta estrutura e dinâmica do modelo econômico neoliberal e baseado numa respectiva dinâmica macroeconômica extremamente instável, muda-se também a relação Capital-Trabalho e nesse sentido Filgueiras, (2006), aponta que:

Quanto à relação capital-trabalho, as mudanças decorreram, antes de tudo, do processo de reestruturação produtiva, que redefiniu radicalmente, no plano objetivo material, a correlação de forças existentes, com o claro enfraquecimento da capacidade política e de negociação da classe trabalhadora e de suas representações. A reestruturação produtiva das empresas –privadas e públicas–, através da reorganização dos seus processos de produção, com a introdução de novos métodos de gestão do trabalho e de novas tecnologias, teve implicações devastadoras sobre o mercado de trabalho (FILGUEIRAS, 2006 p.186).

Com o objetivo de reinserir o Brasil na ordem capitalista internacional se alinhar a este ideário neoliberal, diante de um cenário de uma crise estrutural que assolava os países periféricos e de uma competitividade globalizada, o setor industrial brasileiro para se adequar a este novo momento, foi necessário que o Brasil fizesse uma reestruturação em sua cadeia produtiva. ALVES pontua que:

Após 1994 o mercado de trabalho no Brasil tendeu a aprofundar seu ajuste estrutural crescendo, a partir daí, o índice de desemprego em aberto, em virtude não apenas das políticas neoliberais, que propiciaram o desmonte de cadeias produtivas da indústria nacional num cenário de crescimento medíocre da economia brasileira, mas do novo complexo de reestruturação produtiva, impulsionado pelo “choque de competitividade” (Alves, 2002, p.76)

O país ao passar por um período de vigorosa expansão do capital financeiro, apreendido como “globalização” (ou “mundialização”), conforme observa Alves (2002), o capitalismo brasileiro para conseguir se impor neste novo momento vai buscar se “inserir-se na mundialização do capital, por meio de um novo modelo de crescimento e acumulação, cuja vulnerabilidade sistêmica se tornaria perceptível em meados da década, a partir da crise do México em 1995” (ALVES, 2002, p.73).

Alguns apontamentos são possíveis para que se entenda a necessidade de que o Brasil fizesse a redefinição de sua base produtiva, tecnológica e organizacional. Observa-se que, a onda de desemprego crescente, projeto neoliberal adotado pelas forças políticas, onda de privatizações de empresas públicas, a crise ocorrendo no México em 1995, crise asiática da Coreia e da Rússia em 1997, o estouro da “bolha especulativa” de Wall Street e índice Nasdaq, crise do modelo neoliberal ocorrendo na Argentina, são alguns pontos, para que o Brasil entrasse numa crise de instabilidade financeira e que já vinha ocorrendo com o sistema mundial. Para se adequar a esta crise estrutural e reinserir o país a este novo ideário da ordem do capitalismo internacional, é possível pontuar que:

Com vistas à adaptação a esse ideário, os representantes do establishment em um processo de redefinição de sua base produtiva, tecnológica e organizacionalque envolveu empresas, Estado, sindicatos e demais organizações da sociedade civil. Para tanto, foram promovidas modificações no processo de trabalho no interior das unidades produtivas, encorajadas outras relações industriais (terceirização), introduzidas novas tecnologias microeletrônicas e privilegiada a privatização do espaço social das discussões sobre convenções coletivas. Além disso, privatizou empresas públicas e legitimou práticas empresariais alimentadoras a precarização das relações de trabalho (OLIVEIRA, 2004, p.61).

Outro fator importante a se considerar sobre e a de que “década de 1990 caracterizou-se por uma elevada oscilação no nível de atividade e taxas de expansão da economia próximas do ritmo de variação da população” (ALVES, 2003,p.2), nesse sentido, mesmo o Brasil tendo tido o seu auge de glória em certo momento de 1994 a 1997, o país teve uma significativa perda de postos de trabalho na indústria e um crescente crescimento nível de desemprego, fica mais suscetível o trabalhador ter que ir para a informalidade do mundo do trabalho e dessa forma, uma maior precarização do trabalho. [...] “O crescimento da denominada informalização do mercado de trabalho sugere o crescimento da precarização laboral, que é um processo qualitativo de densidade psicossocial bastante complexo”. (ALVES, 2003, [s.p]).

Como já dito anteriormente, o toyotismo é uma organização de produção com algumas características, tais como: Controle centralizado de rede horizontalizada e hierarquizada de fornecedores, terceirização na contratação de fornecedores; flexibilização da produção, o trabalhador tem que ser polivalente, ou seja, entender de todo o processo de produção; rígido controle de qualidade através dos CQCs¹⁷; utilização do processo kanban (espécie de senha de comando para reposição dos estoques); estoque mínimo na fábrica através da utilização do sistema do sistema Just in Time¹⁸. Diante do que já foi pontuado e da “necessidade”de reestrutura produtiva no Brasil, iniciado nos fins dos anos 1970, e das características do sistema

¹⁷ Círculos de Controle de Qualidade: é uma organização geralmente ocorrida nos locais de trabalho, mas podem acontecer também no âmbito geral da empresa (trabalhadores e patrões) com o objetivo de discutir as formas de melhorias na forma de produção e no controle de qualidade dos produtos da empresa.

“Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) “Na verdade, sob as condições da luta de classe nos anos 80, os CQCs são instaurados não apenas como componente de “modernização produtiva”, mas principalmente como um novo recurso de controle de trabalho, a tentativa de um novo tipo de controle de uma classe operária que se insurgia contra o despotismo tradicional e queria intervir com mais vigor no debate sobre emprego, salário e condições de trabalho”. (ALVES, 2000, p.127)

¹⁸ Just in time: caracterizado pelo princípio do estoque mínimo, instrumento de controle da produção que objetiva a atender a demanda da maneira mais rápida possível e minimiza os vários tipos de estoque da empresa.

Toyotista de produção adotado no Brasil a partir de 1990 e vigente até na atualidade e considerando alguns autores estudados nesta pesquisa, é possível pontuar que a década de 1990, foi impactante para a utilização deste sistema nos modos de produção brasileira e dessa forma pode se fazer alguns apontamentos importantes: surge um novo proletariado industrial e de serviço; introdução de novas tecnologias microeletrônicas de produção; contribuiu para o aumento “da produtividade da força de trabalho no Brasil (decorrente não apenas de investimentos em capital fixo, mas do incremento da taxa de mais-valia absoluta da força de trabalho— por exemplo, o aumento das horas-extra”. (ALVES. 2002 p.79); aumentou a degradação no mundo do trabalho e que atingiu não só o setor privado, mas também o setor público; [...] “O toyotismo passou a exigir uma disposição anímica de operários ou de empregados, sem contrapartidas salariais ou contratuais, talvez a mera concessão de bônus de produtividade” ALVES 2002, P.82). Aumentou o número de trabalhadores em busca de emprego e um rebaixamento de condições laborais e de direitos, surge o modo de contratação flexível, enxuta e fluida; aumento da produtividade na produção, mas em contrapartida como “ganho de produtividade alcançado por uma força de trabalho mais qualificada e comprometida em executar, com mais intensidade, suas tarefas, não correspondeu a um aumento do salário real” (ALVES 2003, p.17).

Outros pontos importantes e que marcou a década de 1990 e o mundo do trabalho no Brasil é a de que:

Os crescimentos das empresas de trabalhos temporários e de trabalhadores domésticos demonstram a inserção crescente de um contingente massivo de jovens, homens e mulheres, no mercado de trabalho de forma precária, vendendo sua força de trabalho para indústria, bancos e comércio por tempo parcial e determinado (ALVES, 2002 p.84).

O novo complexo de reestruturação produtiva, que através da terceirização, contribuiu para o crescimento de pequenas e médias empresas nas redes de subcontratação. Com pequena margem de lucratividade e pressionadas pelos custos tributário e financeiro, algumas empresas subcontratadas das corporações industriais e de serviços tenderam a terceirizar e subcontratar força de trabalho sem carteira assinada (o aumento da presença de pequenas e médias empresas na década de 1990 acompanhou tal tendência) (ALVES, 2002 p.85).

“Por outro lado, o aumento do comércio ambulante é um dado importante não apenas das regiões metropolitanas, mas das cidades médias no Brasil, aparecendo como uma atividade permanente ou imposta pelo mercado a um contingente de proletários desempregados, subempregados e migrantes de áreas rurais nos centros urbanos médios ou grandes (o problema da migração rural e do desemprego no campo adiciona novas determinações à

precariedade do mundo do trabalho urbano). O comércio ambulante ou o trabalho por conta própria precarizada tende a expressar um desemprego oculto que acompanha o crescimento do desemprego aberto no Brasil”(ALVES, 2002 p.85).

Percebe-se através das pontuações anteriores que a reestruturação produtiva no Brasil, ocorrida na década de 1990 e a implementação do sistema toyotista de produção, e que ainda na atualidade se torna vigente, reestruturou os modos de produção capitalista, trazendo avanços para a reprodução do capital, favorecimento a lucratividade, concorrência e favorecimento dos custos da produção, pois o trabalho que antes era necessário muitas mãos neste modo de produção capitalista agora é feito com muito menos e produzindo muito mais, o trabalho passa a ser considerado a partir da subjetividade do trabalhador. Portanto, “é nesse cenário de inserção subalterna na mundialização do capital que se acelerou o processo de reestruturação produtiva, aprofundando-se as tendências de transformação da estrutura de produção capitalista” (ALVES, 2002, p.75).

2.2.2.2- TOYOTISMO E SUBJETIVIDADE

Conforme já pontuado anteriormente o Sistema Toyota de Produção (toyotismo) e que atualmente é comumente usado no sistema capitalista de produção mundial e de favorecimento do capital¹⁹. Este modelo que tem sua gênese no Japão, e que preza pelos princípios da gestão de produção e do trabalho vivo, é possível ser encontrado nas mais diversas técnicas da administração flexível do capital e adotado pelos mais diversos manuais de autoajuda empresarial e nos mais diversos ramos da produção capitalista. Nesse sentido pode se afirmar que:

[...] O toyotismo foi identificado com o modelo japonês e com o sucesso da indústria manufatureira japonesa na concorrência internacional. Durante os anos 70 e 80, várias técnicas de gestão foram importadas do Japão. Mas, no decorrer da mundialização do capital, o sistema Toyota com sua filosofia produtivista tendeu a assumir um valor universal para o capital em processo. Desprende-se de seu particularismo nacional. O toyotismo passou a incorporar uma ‘nova significação’ para além das particularidades de sua gênese sócio histórica (e cultural), vinculada ao capitalismo japonês (ALVES, 20015, p.413)

¹⁹ “O capital é uma categoria complexa, com múltiplas expressões. Podemos dizer que ele é o valor em movimento, cujo processo de valorização, em seu andamento frenético e desesperado, cria (e recria) a sociabilidade moderna. Ou seja: o capital é uma forma social, à primeira vista muito mística, que transforma todo conteúdo concreto da produção da riqueza social que surge como mercadoria, numa forma abstrata de riqueza - a forma dinheiro. Dinheiro que se valoriza. Que cria mais dinheiro. Que almeja, com intensa e incansável pressão, “fazer” mais dinheiro” (ALVES, 1999, p.11).

Esta nova tendência adotada por muitas empresas brasileiras, tem ocasionado mudanças nas relações de trabalho. Nesse sentido, a exigência de um trabalhador mais qualificado, competitivo e com novas atitudes, fomentação de trabalho em equipe em que cada trabalhador é o sucesso ou o fracasso da equipe, torna o ambiente de trabalho um espaço de competição. Condicionado a isso, se exige que este trabalhador esteja disposto a assumir todas as fases da produção da empresa e ainda seja engajado, colaborativo e participativo. Muda-se a morfologia social do trabalho, alterando o modo de ser e a precarização do trabalho. É importante salientar esta precarização do trabalho, não enquanto uma dimensão do trabalho e que produz mercadorias, “mas sim, a precarização do trabalho na dimensão do homem que trabalha enquanto ser humano-genérico capaz de dar respostas ao movimento do capital” (ALVES,[s.d],[s.p]).

Neste novo tipo de reestruturação produtiva, não atinge só o chão da fábrica, ele vai além desta, ele atinge todos os âmbitos da sociedade e neste sentido Alves e Moraes (2008), ao pontuar sobre as mudanças da organização da produção capitalista dentro do capitalismo global, vão dizer que:

Na verdade, o que se constituiu nos últimos trinta anos do novo capitalismo, baseado no regime de acumulação predominantemente financeirizado, foi uma nova estrutura social baseada no paradigma da acumulação flexível que tem na gestão toyotista o seu "momento predominante". Ela atinge, é claro, o local de trabalho, mas também a própria vida cotidiana e as relações sociais em geral. Fora do local de trabalho as pessoas são atingidas pela nova lógica produtiva do capital. Estamos diante de um processo de reestruturação produtiva que pressupõe uma mutação sócio-metabólica. Na verdade, alterou-se a dinâmica interna de importantes grupos sociais (empresa, escola, família, relações conjugais e entre os sexos, atividades de lazer, partidos, sindicatos, etc). Ela não se resume apenas à crise de um padrão de acumulação de capital, nem muito menos à crise de um padrão de organização da produção. Ela anuncia, com todas as consequências daí advindas, a crise de um determinado "modo de vida". Enfim, ocorreu uma transformação crucial na matéria social, dada pela organização do tempo, avassalada pela racionalidade de mercado (ALVES, MORAES, 2008, p.106).

Sob um discurso de reorganização dos espaços de trabalho, na era da mundialização do capital, a dinâmica se estrutura a partir da subjetividade do trabalhador. O trabalhador é constantemente cobrado por sua participação para o desenvolvimento da produção e sucesso da empresa. A sua vivência pessoal é

abstraída para dar lugar a vivencia da empresa. Nesse ponto, o trabalhador está sempre tomado pelo medo de perder o posto de trabalho, ser substituído. Dessa forma ele sempre deve estar pronto para “desempenhar novas tarefas e a se moverem pela empresa em rotação, sem delimitação de posto, de tarefa, de lugar no processo de trabalho” (OLIVEIRA, 2004, p.30). Devem estar habilitados a ocupar qualquer lugar em qualquer tempo dentro do espaço da empresa, basta que a gerência o requeira para tal.

No toyotismo a forma de cooptação utilizada para que o trabalhador se adeque, é de forma sutil, o trabalhador é convencido de que sempre pode mais dar mais de si, para desenvolver seu trabalho laboral, nesse sentido pode-se apreender que as técnicas de manipulatórias de convencimento utilizado pelos aparatos midiáticos do sistema do capital, são através do inconsciente do trabalhador e “buscam atingir o conteúdo oculto da pré-consciência e do inconsciente humano, visando a influenciar o comportamento dos indivíduos sociais” (ALVES, 2011, p.129). Percebe-se que o trabalhador neste contexto, não se sente explorado, muitas vezes ele veste a “camisa” da empresa. Neste sentido é possível pontuar que: “Diante de um precário mundo do trabalho, a consciência contingente de operários e empregados tende a caracterizar-se pelo consentimento e acomodação diante das novas condições de exploração da força de trabalho instituídas pelo capital” (ALVES, 2002, p.82). Neste contexto “o toyotismo passou a exigir uma disposição anímica de operários ou de empregados, sem contrapartidas salariais ou contratuais, talvez a mera concessão de bônus de produtividade” (ALVES, 2002, p.82).

Percebe-se que no toyotismo a intenção não é de se criar uma sociedade racionalizada e sim de formar para a relação fabril e é “a partir do processo de produção intrafabril (e na relação entre empresas) que ele procura reconstituir a hegemonia do capital, instaurando, de modo pleno, mas ‘virtual’, a subsunção real da subjetividade operária à lógica do capital” (ALVES, 2005, p. 415) .

Neste sentido, é possível pensar que o trabalhador neste contexto não é pensado como um ser social, o que se deseja do trabalhador neste sistema de produção, está além de sua capacidade intelectual, se abstrai toda a sua subjetividade e mediante isso podemos pensar esta subjetividade, conforme a perspectiva de Chagas (2013)

ao buscar a compreensão de Marx sobre a subjetividade. Ele vai pontuar que Marx pensava que:

Ser um ser social quer dizer aqui não mais vida em geral, abstrata, mas uma qualidade de vida, a vida determinada, a vida social humana. E o ser social, que determina a consciência, esta, por sua vez, condicionado historicamente pela produção material da vida, produção essa que significa não só produção econômica (economicismo), mas produção e reprodução dos meios necessários à vida, à sobrevivência humana, que envolve tanto produção de bens materiais quanto de bens imateriais, produção de objetividade e subjetividade, de elementos objetivos e subjetivos [...]

Marx não compreende a subjetividade como um simples reflexo das determinações da base econômica, como um mero produto do econômico, e sim como um componente inseparável dos processos de formação da vida humana. O seu pensamento não pode ser reduzido a um objetivismo, a um mero determinismo econômico, unilateral, visto que a objetividade é impensável sem uma íntima correspondência com a subjetividade. Não há, para ele, objeto sem sujeito, como não há sujeito sem objeto. Nenhum dos polos dessa relação, sujeito e objeto, é posto como um dado a priori; eles se constituem na relação. Quer dizer, Marx não considera o indivíduo humano apenas no seu caráter objetivo, determinado, mas em seu processo de autodeterminação. [...]

A subjetividade não é nem uma instância própria, autônoma, independente, abstrata, nem posta naturalmente, dada imediatamente ao indivíduo, mas construída socialmente, produzida numa dada formação social, num determinado tempo histórico. Em consequência, a sua reflexão sobre a subjetividade não pode deixar de lado, por exemplo, uma análise da sociedade capitalista que a forja (CHAGAS, 2013, p.15; 16).

Dessa forma, e diferente da perspectiva de Marx sobre o processo de trabalho e da subjetividade do trabalhador. Neste novo modelo de reestruturação produtiva se requer “uma nova forma de organização da produção capitalista que busca constituir uma captura da subjetividade da força de trabalho, um novo tipo de envolvimento estimulado, adequada a nova base técnica da produção de mercadorias” (ALVES, 1999, apud ALVES, 2003). Não se vê o trabalhador como um ser social e sujeito de sua própria objetividade, o que se impõe é a de que:

Para a adoção da nova ideologia orgânica da produção capitalista, tornou-se necessária uma “reestruturação” da subjetividade da classe. Por isso, o processo de reestruturação produtiva não pode ser visto apenas em sua dimensão objetivo- material, mas principalmente em seus nexos subjetivo-ideológicos. Ele tende a significar, em última instância, uma metamorfose da subjetividade da força de trabalho, seja em seus aspectos geracionais, seja em seus aspectos político-ideológicos (ALVES, 2003, p.12).

Diante deste contexto, não é [...] “apenas o ‘fazer’ e o ‘saber’ operário são capturados pela lógica do capital, mas também sua disposição intelectual e afetiva é constituída para cooperar com a lógica da valorização do valor” (ALVES, 2005, p.416). Nesta lógica capitalista, se percebe que a subjetividade do trabalhador é

sempre usada para o favorecimento ao capital e nunca para o favorecimento do trabalhador. Neste sentido, o que se percebe mediante este contexto do modelo de produção toyotista aumenta-se acentuadamente o processo de precarização estrutural do trabalho, flexibilização de mão de obra, aumento da exploração do trabalhador e que acarretará em um total desmonte dos direitos trabalhistas e um acentuado número de exército industrial de reserva²⁰

Neste árduo e cruel sistema de exploração do trabalho e asseverado no sistema toyotista de produção, se retira do trabalhador toda a sua capacidade de reflexão e questionamento desta relação. A imposição para a servidão do trabalhador/trabalhadora imposto pelo capitalismo é baseada sempre na sua constante busca pelo lucro. A dependência econômica do trabalhador e a sua necessidade de sobrevivência o impedem de ser consciente de sua própria submissão e servidão, imposto pelo sistema.

A ideologia da classe que domina é perpetuada escondendo assim, a luta de classes existentes. Mostra apenas uma representação ilusória de uma sociedade que parece ser harmônica e igualitária. O trabalhador vai sendo capturado nos seus sentidos, por esta representação ilusória e o resultado disso é que os capitalistas, a fim de obterem cada vez mais lucros, aumentam as horas de trabalho, gerando a mais valia absoluta, ou então, passam a utilizar equipamentos, métodos, diversas técnicas e tecnologias para tornar o ambiente de trabalho cada vez mais produtivo,

²⁰ “Em verdade, o desemprego remonta aos primórdios da existência do capitalismo. Como elucidou Marx, ao suceder-se a produção do sistema de metabolismos de segunda ordem, cria-se uma massa de trabalhadores desocupados, sobantes, sob a ótica dos detentores dos meios de produção. Em suas palavras: “[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (Marx, 1989, p. 731). Tal população constitui o chamado exército industrial de reserva. Historicamente, essa massa de trabalhadores “sobantes” foi formada pela elevação da composição orgânica do capital em sua parte constante (inserção de máquinas, aparatos tecnológicos, instalações etc.) em concomitância com a redução de sua parte variável (força de trabalho). Assim, quando o capital avança na implementação do processo produtivo, inserindo tecnologias, novos métodos de gestão da força de trabalho e novas formas de exploração e acumulação, a classe trabalhadora é expulsa do emprego e do circuito formal da produção de mercadorias. Deste modo, na medida em que o processo de centralização do capital acontece, ocorre também o alargamento do exército industrial de reserva, expressando completa funcionalidade ao sistema. Ora, por um lado, ele contribui para manter e/ou reduzir os salários sempre abaixo do valor capaz de atender as necessidades da classe trabalhadora e, por outro, cria uma massa de sujeitos disposta a, de acordo com os ritmos e compassos do desenvolvimento capitalista, inserir-se imediatamente nos processos produtivos, mediante as requisições existentes”. . TRINDADE, Hiago. 2017, p. 226, 227)

decorrendo daí a mais valia relativa, operando com maior lucratividade e mantendo o mesmo número de trabalhadores.

O que Alves e Moraes (2006) aponta e que é muito importante mencionar, e que é marcante e recorrente neste modelo toyotista de produção, é a exacerbação (grifo nosso) do individualismo nas relações de trabalho e que eles vão tratar como “interesses particularistas”. Nas suas relações sociais e de trabalho, o trabalhador é estimulado sempre a pensar no seu “eu”, tirando dele subjetivamente o pensar coletivo. Neste sentido, eles pontuam que:

A comunidade humana é impossível sem diretivas para o caráter pessoal, baseadas na confiança, lealdade e compromisso mútuo. A corrosão do caráter expressaria deste modo, a agudização das relações sociais fetichizadas e estranhadas que aparecem como egoísmo social. Portanto, fora do local do trabalho, tende a vicejar o estado de barbárie social, permeado de interesses particularistas, com os agentes sociais imersos na nova organização do tempo do capitalismo de curto-prazo (ALVES; MORAES, 2006, p.107).

Porém Mészáros (1995) acredita que é possível vencer toda esta lógica sociometabólica que o capital nos faz acreditar e neste sentido, para a superação:

A ofensiva socialista não pode ser levada à sua conclusão positiva, a menos que a política radical tenha êxito em prolongar seu momento, e seja capaz de implementar as políticas requeridas pela magnitude de suas tarefas. O único caminho, entretanto, no qual o momento histórico da política radical pode ser prolongado e estendido - sem, eis o ponto, recorrer a soluções ditatoriais, contra as intenções originais - é fundir o poder de tomada de decisão política com a base social da qual ele foi alienado durante tanto tempo, criando, por esse meio, um novo modo de ação política e uma nova estrutura - determinada genuinamente pela massa - de intercâmbios socioeconômicos e políticos. É por isso que uma “reestruturação da economia” socialista só pode processar-se na mais estreita conjugação com uma reestruturação política, orientada pela massa, como sua necessária pré-condição. (MÉSZÁROS, 1995, p.1078).

Para Antunes (2015) é preciso pensar, refletir numa nova lógica ou “outra forma de sociabilidade autenticamente socialista, capaz de resgatar o sentido humano e social da produção, desestruturando o capital” (ANTUNES, 2015, p.268). Nesse modelo geraria “as condições sociais para o florescimento de uma subjetividade autêntica e emancipada, o que já seria um começo para o socialismo do século XXI.” (ANTUNES, 2015, p.268).

CÁPITULO III

INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO NA ATUALIDADE

3.1 - A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Para apontar quem é a pessoa com deficiência intelectual, será necessário perpassar, alguns campos do conhecimento. A antropóloga cultural Olivia Von Der Weid([s.d])em um artigo: “Entre as Linhas da Cegueira: Uma aproximação prático-teórica dos conceitos de Natureza e Cultura na antropologia contemporânea” vai abordar sobre o que é deficiência e vai dizer que:

A deficiência é uma classificação que reúne uma série de pessoas e situações absolutamente diversas que, em comum, tem apenas o fato de terem sido consideradas, por séculos de história, anormais. Alguém a quem falta ou sobra algo, menos ou mais que humano. A concepção da deficiência como uma variação do que seria o normal do ser humano pode ser entendida como uma criação discursiva do séc. XVIII que estabelece um parentesco, até então inédito, entre pessoas que só tinham a pobreza em comum [...] o modelo médico avalia que a origem da exclusão social vivida pelas pessoas com deficiência estaria no seu próprio corpo, nas suas sequelas e limitações físicas, intelectuais, sensoriais ou múltiplas. A abordagem médica da deficiência parte de um conjunto de teorias e práticas assistenciais em saúde que pressupõe uma relação de causalidade entre a lesão, ou a doença, e a experiência da deficiência. No modelo médico, a deficiência expressa uma limitação corporal do indivíduo para interagir socialmente. O corpo com lesões experimentaria restrições de habilidades, o que levaria a pessoa a vivenciar situações de desvantagem social. A desvantagem seria resultado das lesões, por isso a necessidade de conhecer, curar ou reabilitar os corpos anormais. Especialmente a partir da década de 1960, o conceito de deficiência passa por diversas redefinições, em sucessivas tentativas de superar simbólica e praticamente a dura realidade da exclusão social a que são submetidas as pessoas com deficiência em diferentes sociedades.(WEID, s.d, p.104)

A construção da noção da pessoa com deficiência mental se perpassa desde os tempos remotos da sociedade primitiva, escravista, feudal e capitalista. Vai historicamente sendo construído e sendo modificado e vão gerando novas demandas e de acordo com envolvimento com o meio social em que se vive. À medida em que, as condições sociais vão sendo alteradas com a própria ação do homem, vão também alterando a dinâmica social, e novas concepções no modo de

ser e de viver do indivíduo vão sendo modificadas para a garantia de sua subsistência.

Na sociedade grega e espartana o que era valorizado era o ser perfeito, com corpo perfeito. Neste sentido, Ceccin. In Skliar, (2006, p.18), ao pontuar sobre a história da segregação da deficiência mental, vai dizer que em Esparta “crianças portadoras de deficiência físicas ou mentais eram consideradas sub-humanas, sua eliminação e abandono estavam em consonância com os ideais atléticos, estéticos e a potência de guerreiros”. Isso significa dizer que estas crianças não eram consideradas humanas e “até a difusão do cristianismo, aquele com deficiência não tinha alma e não era pessoa, como as mulheres, que só adquiriam status de pessoa e alma no plano teológico após difusão da ética cristã” (CECCIN. In: SKLIAR, 2006, p.18)

Será ao longo da Idade Média e com a difusão do cristianismo, que estas pessoas passarão a serem consideradas criaturas de Deus, adquirindo então o status de seres humanos e serão entregues as igrejas e conventos para serem cuidados explorados. Mas quando surge a noção da palavra pecado aliado a este a teologia da culpa, estas pessoas passam a serem culpadas [...] “da sua própria deficiência, justo castigo dos céus pelos seus pecados ou de seus ascendentes. Possuídos pelo demônio, justificam-se o exorcismo e as flagelações e torturas”(CECCIN. In: SKLIAR, 2006, p. 19). Dessa forma a dicotomia entre corpo/mente, passa a ser corpo /alma. Aquele que não se enquadra dentro dos padrões da ideologia cristã dentro do padrão considerado normal “ganha o direito à vida, porém, passa a ser estigmatizado, pois, para o moralismo cristão/católico, a diferença passa a ser um sinônimo de pecado” (BIANCHETTI, 1998, p.30).

Outros também vão se destacar nos estudos da deficiência mental como Esquirol (1722-1840), que estabeleceu a diferença entre idiotismo e demência; Jean Itard (1774-1838) – que trabalhou durante seis anos no famoso caso do Selvagem de Aveyron.²¹. Desse modo:

²¹ [...] Victor do Aveyron, encontrado (capturado) em janeiro de 1800, aparentando ter aproximadamente 12 anos, nas florestas de La Caune, no sul da França. O nome Victor foi atribuído pelo interesse que o menino manifestava pelo som. “[...] “Com hábitos selvagens” aparentando ser mudo e surdo, pois se comunicava por grunhidos, o menino despertou o interesse de filósofos, cientistas e da sociedade em geral, pois representava “uma promissora oportunidade de confirmar seja a teoria do ‘bom selvagem’ de Rousseau, seja a da ‘estátua’ de Condillac e, por ela, a da ‘tábula rasa’ de Locke” [...] “O menino selvagem alimentava-se de nozes, castanhas, raízes e resistia ao

Sua estratégia para com o menino selvagem foi eminentemente educativa, a despeito de sua formação médica e do diagnóstico do então consagrado psiquiatra francês da época, Philippe Pinel, que considerou Victor (menino selvagem) como um indivíduo desprovido de recursos intelectuais, assim como os demais idiotas do asilo em que trabalhava. Itard, contudo, atribui as dificuldades do menino a uma insuficiência cultural e não biológica, portanto, passível de modificação, como uma tábula rasa. Sua principal contribuição foi à ideia de educabilidade dos portadores de deficiência mental, antes abandonados nos asilos. [...] Apesar das contribuições de Itard, a deficiência mental mantém-se até o século XX como um monopólio médico com enfoque em teorias calcadas na herança genética e no fatalismo biológico. [...]

Nesse período, as pessoas com deficiência, juntamente com os loucos, eram destinadas às instituições hospitalares ou psiquiátricas e ficavam asiladas sob os cuidados médicos. O que se depreende desse período é a mudança de status das pessoas com deficiência de vítimas de um poder sobrenatural para o status de “desviantes” ou doentes, sendo a matriz de interpretação predominante sobre a deficiência os critérios de normalidade definidos pela medicina (FREITAS; MARQUES, 2007, p.70)

Ao decorrer dos próximos séculos vão se surgindo outros modos e maneiras de se ver e olhar a deficiência e surgem novos métodos de se estudar a condição do “ser” deficiente. Phillippe Pinel em 1801, através do seu Tratado Médico Filosófico Sobre a Alienação Mental, consagra a deficiência mental como uma “patologia cerebral, doença inevitável, herdada e questão de neuropatologia , cuja única destinação é o leprosário asilo”(CECCIN. In: SKLIAR, 2006, p. 23.).

A deficiência mental foi um conceito construído e utilizado na medicina para classificar, denominar e conceituar aqueles que possuíam um diferencial em seu desenvolvimento mental, na área cognitiva, que influenciava na sua autonomia e independência e na condição de adaptação ao meio social. Os tempos vão passando e a deficiência mental vai sendo estudada perpassando ao campo conceitual da medicina, pedagogia, dentre outros. Desse modo, “O modelo médico e unitário, fatalista e asilar-segregador, nega a educabilidade das crianças com DM por patologia do organismo biológico. É somente no século XX que este fatalismo termina” (CECCIN. In: SKLIAR, 2006, p. 23.).

As formas de convivência social vão sendo alteradas, novas concepções vão surgindo. BIANCHETTI, (1998, p.33), ao pontuar sobre a apreensão da diferença no modo de produção feudal para a capitalista vai dizer que “A transição do feudalismo

contato humano, embora algumas vezes tenha sido visto por moradores da região antes de sua captura”.(PIECZKOWSKI, 2016, 584/585)

ao capitalismo vai trazer mudanças profundas que vão repercutir em todas as direções e esferas sociais” (BIANCHETTI, 1998, p.33). Com a ascensão do capitalismo, as concepções sobre as diferenças vão sendo mudadas e: “Nessa perspectiva, nenhuma classe social, e muito menos a burguesia passa de dominante a hegemônica se não conseguir se apossar de todos os aparatos que compõem uma sociedade e lhe dá sua direção” (BIANCHETTI, 1998, p.34). Percebe-se que “é à medida que as contradições do capital, ao longo do século XX, impuseram novas exigências, ampliou-se a margem daqueles considerados divergentes do modelo social” (LANCILLOTTI, 2003, p.50).

Como pode se perceber ao longo do tempo, embora de modos e maneiras diversas, a deficiência constitui-se um fator de diferenciação social. Sobre a diversidade de corpos de que provem habilidades, funcionalidades e aparências distintas, as sociedades ao longo da história humana foram construindo e constituindo uma realidade social marcada pelo estigma, pela segregação e pela discriminação. Segundo Pinto, ao dissertar sobre Deficiência, Sociedade e Direitos – a visão do sociólogo, ela vai dizer que:

A criação fictícia de um ‘nós’ e de um ‘eles’, com as ramificações que tal distinção comportou ao longo dos séculos (visíveis, por exemplo, ao nível do desenho das políticas públicas, da organização de serviços e programas e naturalmente das atitudes sociais vigentes) atingiu talvez o seu apogeu no período modernista, mas a partir de meados do século XX começou a ser posta em causa pela acção política e cívica de pessoas com deficiência, gradualmente organizadas num movimento internacional de crescente peso e dimensão (PINTO, s.d. s,p.).

As terminologias²² e concepções dos termos da pessoa com deficiência intelectual vão sendo mudadas com o passar do tempo e devido à luta destas pessoas pelo

²² Usar ou não usar termos técnicos corretamente não é uma mera questão semântica ou sem importância, se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano. E a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente eivados de preconceitos, estigmas e estereótipos, como é o caso das deficiências que aproximadamente 14,5% da população brasileira possuem. Os termos são considerados corretos em função de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Assim, eles passam a ser incorretos quando esses valores e conceitos vão sendo substituídos por outros, o que exige o uso de outras palavras. Estas outras palavras podem já existir na língua falada e escrita, mas, neste caso, passam a ter novos significados. Ou então são construídas especificamente para designar conceitos novos. O maior problema decorrente do uso de termos incorretos reside no fato de os conceitos obsoletos, as ideias equivocadas e as informações inexatas serem inadvertidamente reforçados e perpetuados. Este fato pode ser a causa da dificuldade ou excessiva demora com que o público leigo e os profissionais mudam seus comportamentos, raciocínios e conhecimentos em relação, por exemplo, à situação das pessoas com deficiência. O mesmo fato também pode ser responsável pela resistência contra a mudança de paradigmas como o que está acontecendo, por exemplo, na mudança que vai da integração para a

seu reconhecimento como seres humanos. Antes, estas pessoas eram definidas como sendo: criança excepcional, retardado mental, mongolóide; mongol, doente mental, pessoa portadora de deficiência, pessoas com necessidades especiais, entre outros. Nesse sentido, Sasaki, ao pontuar sobre as mudanças das terminologias sobre deficiência na era da inclusão e para que seja construída uma verdadeira sociedade e inclusiva: [...] “passa também pelo cuidado com a linguagem. Na linguagem se expressa, voluntariamente ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiências”. (SASSAKI, s.d, s.p).

Através das lutas e resistência das pessoas com deficiência intelectual, outros documentos também vão sendo discutidos para a mudança destas terminologias que definiam a pessoa com deficiência intelectual e considerada pejorativa e não as reconhecendo com o seu valor humano. Neste ponto, considera-se a Conferência Internacional sobre Deficiência Intelectual, na cidade de Montreal e que discutiu e aprovou a Declaração de Montreal Sobre a Pessoa com deficiência Intelectual²³, em 06 de outubro de 2004 no Canadá.

Este documento discutido e aprovado neste congresso, vai afirmar e reafirmar sobre todos os direitos das pessoas com deficiência intelectual. Exorta para que os Estados Partes da OEA- Estados Membros da Organização dos Estados Americanos. Eliminem todos os tipos de barreiras e de discriminação contra as pessoas com deficiência. Reconhece as desvantagens e as barreiras históricas que as pessoas com deficiência intelectual enfrentam e que estas são frequentemente excluídas dos seus direitos como cidadãos. Neste documento também houve a preocupação de pontuar sobre as liberdades individuais destes indivíduos, reafirmando, reconhecendo e valorizando a pessoa com deficiência intelectual como

inclusão em todos os sistemas sociais comuns. Trata-se, pois, de uma questão da maior importância em todos os países. Existe uma literatura consideravelmente grande em várias línguas. No Brasil, tem havido tentativas de levar ao público a terminologia correta para uso na abordagem de assuntos de deficiência a fim de que desencorajemos práticas discriminatórias e construamos uma verdadeira sociedade inclusiva (SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Disponível em: <https://www.selursocial.org.br/terminologia.html>. Acesso em 07 de dezembro de 2017

²³ Declaração de Montreal Sobre a Deficiência Intelectual: Documento declaratório e recomendatório (aprovada em 5 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional " Sociedade Inclusiva" , realizado em Montreal, Quebec) resultante das discussões feitas na Conferência Internacional sobre Deficiência Intelectual, na cidade de Montreal – Canadá, nos dias 05 e 06 de outubro de 2004, sendo realizada pela Organização Pan-americana de Saúde e pela Organização Mundial de Saúde (OPM/OMS). Disponível em: <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/cartilhasdeficiente/declaracaodemontreal.pdf>, Acesso em 07 de dezembro de 2017.

cidadão e cidadãs para o pleno gozo de todos os seus direitos humanos e de todas as liberdades fundamentais destas pessoas.

Mas será a partir da década de 1960 que o conceito de deficiência passará por diversas redefinições, com o intuito de superar as inúmeras barreiras e toda a exclusão social que estas pessoas forma submetidas nas diferentes sociedades. A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, proclamada pela ONU em 2006. O termo Pessoa Com Deficiência usado no documento faz parte do texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotado pela ONU em 13/12/06 e que foi ratificado posteriormente através de Lei Nacional de todos os Países-Membros. No Brasil, este tratado foi ratificado, com equivalência de emenda constitucional, através do Decreto Legislativo²⁴ Nº 186, de 2008 de 09 de Julho de 2008, do Congresso Nacional e que: Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

A Legislação Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência reafirma o texto aprovado na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e que define quem são consideradas pessoas com deficiência. No Estatuto da Pessoa com Deficiência e/ou chamada Lei Brasileira de Inclusão em seu art. 2º vai dizer que:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: (Vigência)

- I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III - a limitação no desempenho de atividades; e
- IV - a restrição de participação.

O decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, em seu Art. 4º inciso IV, categoriza a deficiência intelectual (grifo nosso) como sendo:

²⁴DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em 07 de dezembro de 2017.

[...] “deficiência mental” – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização da comunidade; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho.

É demasiadamente complicado o fato de tentar elaborar um conceito de deficiência, construída e associada ao campo mental do ser humano, pois é uma questão muito ampla e com muita dificuldade de precisão e delimitação. Numa sociedade capitalista, que vai direto ao ponto de tocar na subjetividade do trabalhador, e em que todos os sujeitos que não se enquadram no “perfil” dos considerados “perfeitos” passam a serem considerados “diferentes” para o mercado, voltados para a produção e reprodução do capital, dessa forma não conseguindo concorrer de igual para igual.

3.2 – LEGISLAÇÕES CONCERNENTES AOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Brasil é um dos países mais avançados nas legislações concernentes às pessoas com deficiência. São inúmeras leis, decretos, portarias, resoluções e tratados internacionais que o Brasil é signatário.

Segue algumas delas²⁵:

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL;
- DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, DE 2008 que: Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;
- DECRETO Nº 6.949, 25 DE AGOSTO DE 2009 que: Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;
- CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA;

Outras Leis e decretos-leis:

²⁵Lista de Legislações adaptadas. Retirada do site eletrônico: Legislação Brasileira Sobre Pessoas Com Deficiência [recurso eletrônico]. – 7. Ed. – Centro de Documentação e Informação. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. (Série legislação; n. 76)

- DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho;
- LEI Nº 4.613, DE 2 DE ABRIL DE 1965 que: Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despachoaduaneiro, os veículos especiais destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos, os quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns;
- LEI Nº 7.070, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982 que: Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica e dá outras providências;
- LEI Nº 7.405, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1985 que: Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências;
- LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 que: Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências;
- LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 que: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências;
- LEI Nº 8.160, DE 8 DE JANEIRO DE 1991 que: Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva;
- LEI Nº 8.642, DE 31 DE MARÇO DE 1993 que: Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Pronaica) e dá outras providências;
- LEI Nº 8.686, DE 20 DE JULHO DE 1993 que: Dispõe sobre o reajustamento da pensão especial aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982;
- LEI Nº 8.687, DE 20 DE JULHO DE 1993 que: Retira da incidência do Imposto de Renda benefícios percebidos por deficientes mentais;

- LEI Nº 8.899, DE 29 DE JUNHO DE 1994 que: Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual;
- LEI Nº 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995 que: Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências;
- LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 que: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 que: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- LEI Nº 10.182, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001 que: Restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências;
- LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001 que: Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;
- LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002 que: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências;
- LEI Nº 10.708, DE 31 DE JULHO DE 2003 que: Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações;
- LEI Nº 10.845, DE 5 DE MARÇO DE 2004 que: Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências;
- LEI Nº 11.126, DE 27 DE JUNHO DE 2005 que: Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia;

- LEI Nº 11.133, DE 14 DE JULHO DE 2005 que : Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência;
- LEI Nº 12.190, DE 13 DE JANEIRO DE 2010 que:Concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrentedo uso da talidomida, altera a Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, e dá outras Providências;
- LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011que:Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec);alteram as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT);
- LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012 que: Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivosdos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943,da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452,de 1º de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14de novembro de 1975; e dá outras providências;
- LEI Nº 12.622, DE 8 DE MAIO DE 2012 que: Institui o Dia Nacional do Atleta Paralímpico e dá outras providências;
- LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012 que: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornodo Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- DECRETO Nº 57.654, DE 20 DE JANEIRO DE 1966 que: Regulamenta a Lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964),retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965;
- DECRETO Nº 83.527, DE 30 DE MAIO DE 1979 que : Regulamenta a execução da Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, queconcede amparo aos ex-combatentes julgados incapazes definitivamente para o serviço militar;
- DECRETO Nº 99.710, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1990 que: Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança;
- DECRETO Nº 129, DE 22 DE MAIO DE 1991 que: Promulga a Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho (OIT),sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes;

- DECRETO Nº 2.682, DE 21 DE JULHO DE 1998 que: Promulga a Convenção nº 168 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa à Promoção do Emprego e à Proteção contra o Desemprego;
- DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999 que: Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências;
- DECRETO Nº 3.691, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 que: Regulamenta a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual;
- DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001 que: Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência;
- DECRETO Nº 5.296, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004 que: Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005 que: Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- DECRETO Nº 5.645, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2005 que: Dá nova redação ao art. 53 do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004;
- DECRETO Nº 5.904, DE 21 DE SETEMBRO DE 2006 que: Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências;
- DECRETO Nº 6.214, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007 que: Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências;

- DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 que: Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiênciae seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;
- DECRETO Nº 7.235, DE 19 DE JULHO DE 2010 que: Regulamenta a Lei nº 12.190, de 13 de janeiro de 2010, que concede indenização pordano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida;
- DECRETO Nº 7.612, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011 que: Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver semLimite;
- LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 que: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Como já bastante discutido anteriormente, percebe-se que as terminologias que são usadas para designar as pessoas com deficiência, considerando a prerrogativa legal (das leis) vão sendo mudadas paulatinamente, até chegar ao termo Pessoa com Deficiência.

Foram através da luta dos movimentos mundiais de pessoas com deficiência, estes incluindo os do Brasil, é que foi feito um debate intenso para a adequação do termo em que “gostariam” de fossem chamados. Através deste movimento que foi definido o termo Pessoa com Deficiência a nível mundial. Sassaki([s.d]) vai apontar os princípios básicos que foram discutidos pelo movimento para a mudança do termo, no sentido de:

Não esconder ou camuflar a deficiência;

Não aceitar o consolo da falsa ideia de que todo mundo tem deficiência;

Mostrar com dignidade a realidade da deficiência;

Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência;

Combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, “pessoas com habilidades diferenciadas”, “pessoas deficientes”, “pessoas especiais”, “é desnecessário discutir a questão das deficiências porque todos nós somos imperfeitos”, “não se preocupem, agiremos como avestruzes com a cabeçadentro da areia” (i.é, “aceitaremos vocês sem olhar para as suas deficiências”);

Defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência atendendo às diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas;

Identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade

diminuírem ou eliminarem as “restrições de participação” (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humano e físico contra as pessoas com deficiência (SASSAKI, [s.d], p.15).

Nesse sentido, pode se aferir que adiferença entreeste termo usado atualmente e os usadosanteriormentecoloca a pessoa à frente de sua deficiênciae a valorizacomopessoa humana acima de tudo, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas ouintelectuais.

Dessa forma, é importante o que Sassaki (1938), vai pontuar sobre os novos paradigmas e conceitos e neste contexto ele vai dizer que:

Os conceitos são fundamentais para o entendimento das práticas sociais. Eles moldam nossas ações. E nos permitem analisar nossos programas, serviços e políticas sociais, pois os conceitos acompanham a evolução de certos valores éticos, como aqueles em torno da pessoa com deficiência. Portanto, é imprescindível dominarmos bem os conceitos inclusivistas para que possamos ser participantes ativos na construção de uma sociedade que seja realmente para todas as pessoas, independente de sua cor, idade, gênero, tipo de necessidade especial e qualquer outro atributo pessoal (SASSAKI, 1997, p.27).

Não é que a pessoa com deficiência gosta de ser chamada como tal, pois antes da deficiência ela é uma pessoa e tem um nome. Mas diante do contexto de desigualdades a que estão sujeitas, e das terminologias e conceitos anteriores, a definição de uma terminologia que as percebem como sujeitos, é um pouco melhor do que os contextos anteriores em que se referiam a estes de “forma pejorativa”.

Nessa perspectiva da inclusão a mudança do conceito valoriza a pessoa com deficiência enquanto sujeitos , antes de serem “olhados” pela deficiência, ou seja, o sujeito vem antes da deficiência.

3.3 - MERCADO DE TRABALHO E INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho está garantida se considerado os dispositivos legais na legislação brasileira. Um dos mais discutidos

eem rigor é o Artigo 93 da lei n. 8.213 de 1991 – ‘Lei de Cotas’²⁶ e conforme o quadro a seguir:

Artigo 93 da lei n.8.213 de 1991 – ‘Lei de Cotas’

Art.93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.....	5%.

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.

Fonte: Lei n. 8.213 de 1991 (Brasil, 1991). In: (GARCIA,2014, p.171)

Neste sentido, o Artigo 93 da lei n. 8.213 de 1991 também assegura que:

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência ou também denominado de Lei Brasileira de Inclusão (LBI) é um dos dispositivos legais mais recente conquistado pelas pessoas com deficiência. Foi aprovado em 10 de junho de 2015, passando a vigorar após 06 meses de publicação. Esta lei é um importante marco que respalda as pessoas

²⁶ “Esse artigo é conhecido usualmente como a ‘Lei de Cotas’, pois a partir dele legislações posteriores normatizaram a fiscalização das empresas, as multas a serem aplicadas, os tipos de deficiência considerados para fins de cumprimento das cotas, dentre outros aspectos essenciais para aplicação e execução das vagas reservadas no mercado de trabalho privado. O problema é que esse processo foi demasiadamente demorado, pois somente em 1999, com a edição do decreto federal n. 3.298 de 1999 (Brasil, 1999), é que tanto as vagas nos concursos públicos como as cotas no setor privado foram definitivamente regulamentadas”. (GARCIA, 2014, p.171)

com deficiência para exercerem seus direitos em diversas esferas sociais e inaugurando um novo paradigma no Brasil, o da inclusão – em que será a sociedade brasileira que irá se preparar para receber a pessoa com deficiência e não mais a pessoa com deficiência que terá que se adaptar a uma sociedade que não está disposta a recebê-la.

Neste importante marco legal chamado de Estatuto da Pessoa com Deficiência, ou Lei Brasileira de Inclusão em seu capítulo VI - Seção Itambém está assegurada os direitos ao trabalho das Pessoas com Deficiência:

No seu Art. 34, vai dizer que:

Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.

§ 2º A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.

§ 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exame admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

§ 4º A pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados.

§ 5º É garantida aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em cursos de formação e de capacitação.

Art. 35. É finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho.

Parágrafo único. Os programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, incluídos o cooperativismo e o associativismo, devem prever a participação da pessoa com deficiência e a disponibilização de linhas de crédito, quando necessárias.

As leis brasileiras que legislam sobre os direitos dos PCDs, e a Lei de Cotas são importantíssimos instrumentos legais que regem para garantir a inclusão real e de fato, das pessoas com deficiência em todos os âmbitos da sociedade. Serviria também para facilitar o ingresso ao mundo do trabalho, caso estas leis fossem respeitadas. Mas esta não é a verdadeira realidade, as leis não são cumpridas e

muitas destas pessoas, têm os seus direitos básicos negados. Outras tantas, não conseguem se inserir no mercado de trabalho e apesar destes verdadeiros conjuntos de leis e decretos que regulamentam a inserção e inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em nosso país.

O grande dilema é de que modo se garantirá que as Leis de Cotas sejam de fato, cumpridas para que se garanta a inserção destas pessoas no mercado de trabalho. A competência de fiscalização cabe Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e há uma rigidez na fiscalização e aplicação de muitas pesadas, mas mesmo assim, ainda é pouco devido a alguns fatores como: poucos fiscais para tão grande demanda. Segundo algumas fontes consultadas pontuam que se realmente as empresas seguissem e respeitassem a Lei de Cotas, pelo menos 827 mil postos de trabalho, estariam disponibilizados aos profissionais reabilitados ou com algum tipo de deficiência. Mas o que se denota destas fontes é a de que as empresas contratam, apenas para estarem livres das multas ou da fiscalização. O maior desafio existente hoje é a de que a Lei seja cumprida, mas que o cumprimento não fosse limitado, apenas à contratação do candidato com deficiência, por motivo de força de lei, é preciso, acima de tudo, que a inserção e inclusão destas pessoas, sejam de fato, a oferta de condições de trabalho adequadas, valorização enquanto ser humano, respeitando a individualidade de cada um destes, além é claro, suas objeções e qualificações.

Segundo uma pesquisa denominada de Retratos da Deficiência no Brasil e realizada pela Fundação Banco do Brasil e a Fundação Getúlio Vargas que realizaram através desta a elaboração de um mapa de conhecimento sobre o universo das pessoas portadoras de deficiência (PPDs), “averiguou que “a lei de cotas, vigente desde 1999, passou a ser o principal instrumento disponível às pessoas com deficiência para barganha rumo a um lugar no mercado de trabalho formal que, no entanto não é cumprida”.

Outro fator é o de que ainda hoje as pessoas com deficiência são vistas como “coitadinhas”. Muitas ainda são consideradas “incapazes” de ocupar uma vaga neste tão concorrido mercado voltado para a “produção do capital”.

Muitas quando são contratadas para ocupar uma das vagas não são em postos considerados “influentes” e sim em postos “inferiores”. Quando se trata da pessoa

com deficiência intelectual, esses candidatos são encaminhados para uma função “simples”, que muitas vezes não condiz com a sua capacidade ou até mesmo com sua afinidade por área de trabalho. As pessoas com deficiência intelectual se considerar o contexto de atividade laboral inserida com a questão escolar é possível perceber que:

[...] Parte-se do princípio de que a proposta de inclusão social só se justifica porque se vive em uma sociedade essencialmente excludente. A exclusão é parte do motor da sociedade capitalista, que atua como força centrífuga que expropria o homem de seu trabalho e empurra para a marginalização social um grande contingente humano que não serve aos interesses ou que desempenha um papel acessório (LANCILOTTI, 2003, p.86).

Mas Garcia (2014) também vai apontar que [...] “ao mesmo tempo, porém, o processo de inclusão laboral de pessoas com deficiência no Brasil tem produzido experiências exitosas e enriquecedoras”. A Lei de Cotas é um começo para a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mesmo muito vezes não se efetivando de fato. Garcia (2014) aponta que o arcabouço legal visa facilitar a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, reconhecendo o passivo histórico de exclusão que vitimou tal segmento criando barreiras efetivas para sua natural inserção no mercado de trabalho.

Neste sentido, podemos avaliar a tabela²⁷ e perceber qual é a situação das pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho no ano de 2010.

²⁷“(Tabela 4), pode-se dizer que a taxa de participação no mercado formal é de 10,0% para aqueles com deficiência física. Esse mesmo percentual é de 8,0% para as pessoas com deficiência auditiva, e de apenas 1,0% para aqueles com deficiência mental (15 mil postos de trabalho numa população de quase 1,5 milhão de pessoas). No caso das pessoas com deficiência visual, a dificuldade para acesso ao mercado formal é ainda maior, pois numa população de quase 3,6 milhões de pessoas, apenas 17 mil – irrisório 0,5% – estavam no mercado formal segundo a Rais 2010. Em termos dos rendimentos médios, constatam-se algumas observações: rendimento médio maior, de R\$ 1.922,90, nos postos de trabalho ocupados por pessoas com deficiência (superior em relação aos demais trabalhadores, sem deficiência declarada, de R\$ 1.740,77); baixo rendimento médio das pessoas com deficiência mental/intelectual (significativamente inferior do que os demais grupos). O primeiro aspecto sugere que, de maneira geral, aquelas (poucas) pessoas com deficiência que conseguem ingressar no mercado formal o fazem em boas condições (pelo menos em termos do rendimento médio obtido). Já os rendimentos relativamente mais baixos daqueles com deficiência mental/intelectual muito provavelmente se devem ao fato de este grupo estar inserido em ocupações mais simples, com remunerações mais baixas” (GARCIA, 2014, p.180). GARCIA, Vinicius Gaspar. Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 165-187, abr. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462014000100010>>. Acesso em 08 dez. 2017.

Total de empregos e remuneração média – Brasil, 2010.			
PCD	N	%	R\$
Física	166.690	54,5	2.025,96
Auditiva	68.819	22,5	1.925,67
Visual	17.710	5,8	1.768,54
Mental/intelectual	15.606	5,1	772,20
Múltipla	3.845	1,3	1.376,38
Reabilitados	33.343	10,9	2.107,27
Total PCD	306.013	100,0	1.922,90
Com deficiência declarada	306.013	0,7	1.922,90
Sem deficiência declarada	43.762.432	99,3	1.740,77
Total de empregos	44.068.355	100,0	1.742,00

Fonte: Brasil (s/d).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

PCD: pessoas com deficiência

O gráfico acima demonstra claramente que as pessoas com deficiência intelectual e que estão inseridas no mercado de trabalho, são as que têm um salário menor. Os dados são apresentados por Garcia (2014) em artigo que ele discute sobre o mapeamento de pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro. Observa-se que os PCDs que estão inseridas no mercado de trabalho em maior número, são as pessoas com deficiência física.

Nesse ponto, é possível considerar que a questão de estas serem mais aceitas ou inseridas no mercado de trabalho, seja devido a que estas necessitam apenas de algumas adaptações e não serão julgadas as suas “capacidades intelectuais”.

Mas Oliveira apud Lancillotti,(2003, p.90) vai assinalar outro gargalo para explicar a exclusão. Para ele, na contemporaneidade tem-se pontuado o discurso de que “[...] o paradigma da exclusão e baseado na luta de classes não serve mais para compreender a organização social existente neste fim de século”. Segundo ele, a complexificação da vida em sociedade, promovem formas distintas de exclusão marcadas por uma base cultural, e nesse sentido pontua que “[...] seriam excluídos não apenas os pobres e miseráveis, mas também haveria ‘pessoas excluídas em função de cor, gênero, raça, religião, idade, deficiência’ (OLIVEIRA apud LANCILLOTTI, 2003, p. 90; 91).

Nessa perspectiva considera que:

Esta perspectiva faz crer que a condição da pessoa com deficiência independe das questões de classe. Assim, estariam na mesma condição todas as pessoas com deficiência, quer tenham ou não acesso às provisões sociais de saúde, educação, transporte, lazer etc. Este é um equívoco perigoso que pode turvar a compreensão do real: a diferença de classe não pode ser confundida com a diferença cultural. Na sociedade capitalista, uma aparece subsumida à outra. Um sujeito deficiente, que tem condições de se beneficiar dos avanços tecnológicos para compensar seus limites, com o uso de próteses ou órteses adequadas, frequentando serviços de saúde e escolares que melhor atendam às suas necessidades ou mesmo estruturando seu próprio negócio, estaria em condições muito vantajosas ante aqueles que mal têm condições de ver asseguradas suas necessidades básicas de sobrevivência (LANCILLOTTI, 2003, p.91).

Considero que a luta de classes foi de grande valia para chegar ao “modelo de inclusão” que temos hoje, mesmo com muitíssimas mazelas. Foi através deste embate e desta luta que as pessoas com deficiência, foram conquistando os seus espaços e direitos. Mas concordo quando é apontado que dentro deste sistema de excludente têm ainda os que são mais excluídos (excluídos dos excluídos). Neste caso, as pessoas com deficiência intelectual estão inseridas.

Precisamos romper com a exclusão e o preconceito que estas pessoas estão sujeitas dentro da sociedade e neste modelo de sistema voltado a produção de bens que favorecem ao capital que mais exclui do que inclui.

Este é um sistema perverso e dentro deste o sujeito que mais estará excluído será a pessoa com deficiência intelectual, se considerado suas especificidades. Mas também considero que a luta de classes contra este sistema cruel, perverso e desumano, é o único meio de superar este processo de exclusão que são recorrentes aos trabalhadores/trabalhadoras com deficiência e com os de modo geral que muitas das vezes são cooptados pelo sistema. Nesse sentido,

[...] Como indivíduos, os trabalhadores mal estão em posição de resistir, mas particularmente porque uma produtividade crescente tem o hábito de “liberar” certo número deles para as fileiras dos desempregados. Os trabalhadores só conseguem desenvolver o poder de resistir por meio de algum tipo de ação de classe – sejam atos espontâneos de violência (quebra de máquinas, incêndios e a fúria da massa de época anteriores, que de modo algum desapareceram) ou a criação de organizações (como os sindicatos) capazes de travar uma luta de classes coletiva. A compulsão dos capitalistas para captar um mais valor ainda relativo não passa incontestada. A batalha ocorre mais uma vez e as principais linhas da luta de classes se formam em torno de questões como aplicação das máquinas, a velocidade e intensidade do processo de trabalho, o emprego de mulheres e crianças, as condições de trabalho e os direitos do trabalhador no local de trabalho. O fato de as lutas sobre estas questões serem uma parte da

vida diária da sociedade capitalista atesta para o fato de que a busca pelo mais-valor relativo é onipresente e que a necessária violência implicada nessa busca pode provocar algum tipo de reação de classe por parte dos trabalhadores. (HARVEY, 2013, p.80)

Em consideração a pessoa com deficiência intelectual, o que se pode notar é a de que esta sempre foi deixada à margem da sociedade. As oportunidades para estas, é ainda mais dificultada em relação às outras deficiências existentes. Nesse sentido, Alves, Veber e Sheid. (2008) adisserar sobre “Trabalho, Educação e Deficiência mental: A inclusão Laboral como Fator de Desenvolvimento Humano”, em que pontuar sobre a inclusão /exclusão vai dizer que:

É a contradição dos processos sociais se fazendo sentir num campo antes menos explícito. No âmbito das práticas discursivas – que a nosso ver são constituições sócio-históricas de gênese sócio-histórica –, o par exclusão-inclusão ganha corpo num contexto marcado por mudanças de ordem política, ideológica e econômica de grandeza global. Tais processos, em face de inúmeros fatores, ao mesmo tempo em que aceleram a vida e os meios de produção e reprodução da vida – novas e complexas tecnologias –, desnudam a perversidade de um modelo de sociedade cuja sobrevivência se garante pela exclusão de muitos sujeitos e de diferentes modos. Paradoxalmente, a mesma tecnologia que simboliza o máximo da humanização, da inteligência humana como fonte transformadora da natureza e produtora da cultura, não se submete à apropriação e, portanto, à humanização, de um significativo número de pessoas. Sujeitos esses que, dado o formato da organização social, não alcançam os benefícios que os novos e complexos artefatos tecnológicos proporcionam a alguns. A esse não alcance convencionou-se chamar exclusão. Assim, temos os excluídos pela fome, pela miséria, pela pobreza que, coincidentemente, via de regra, são igualmente excluídos pela cor, pela ignorância, pela opção sexual, pelo sexo, pela deficiência física ou mental ou financeira, ou... (ALVES; VEBER; SHEID. 2008 p.144)

Dessa forma, percebe-se que a pessoa com deficiência intelectual, por muitas vezes não conseguir se inserir ao “modelo” que o capital, requer, ficará sempre à margem, visto que a estes, também muitas das vezes são lhes negado um dos direitos básicos que é o acesso à educação de forma qualificada e emancipatória. Como estes não se encaixam no perfil que o mercado requer, não lhe são possibilitadas chances de acesso da mesma forma que os que se dizem “normais intelectualmente”. Nesse sentido, pode se apreender que: “A educação de jovens e adultos com deficiência, como a de todos aqueles que compõem a “classe-que-vive-do-trabalho”, tem sido pensada a partir da lógica do mercado” (LANCILLOTTI, 2003, p.84).

Nesse sentido o que fica claro é que: “O ideário neoliberal postula que é preciso qualificar e desenvolver competências para dar acesso ao mercado”. (LANCILLOTTI, 2003, p.84), e o resultado disso é que esse discurso “escamoteia o fato de que o trabalho vivo, necessário à manutenção da esfera produtiva esta sendo reduzido. Hoje as empresas produzem mais com menos trabalhadores”(LANCILLOTTI, 2003, p.84). Dessa forma, formar pessoas a partir da lógica de mercado não vai assegurar postos de trabalho, e quem dirá para a inserção da pessoa com deficiência intelectual com sempre está alijado do processo educacional e o fim disso é também que “[...] a escola acaba deixando de cumprir o que , em princípio, seria uma das suas mais importantes funções: dar acesso ao saber humano sistematizado” (LANCILLOTTI, 2003, p.84).

3.3.1- DEFICIENCIA INTELECTUAL, SUBJETIVIDADE E O MUNDO DO TRABALHO.

Nesse estudo já foi perpassa do vários campos para se entender a deficiência intelectual, como é trabalhada a subjetividade neste mundo do trabalho. Foi pontuado a antologia do trabalho e o homem como construto social e o trabalho sendo para este a condição básica de toda a vida humana. Sob a perspectiva de Engels sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem como sendo a “condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. (ENGELS, 2004, [s.p]).

Neste sentido, como é possível entender o papel das pessoas com deficiência intelectual neste contexto do trabalho na atualidade? As pessoas com deficiência intelectual, sempre foram deixadas à margem da exclusão social. O histórico de construção da deficiência se perpassa desde o modelo médico até ser constituída pelo arcabouço legal em que vai sendo construído conceitualmente quem é esta pessoa considerada como “deficiente”, e que no Brasil vai se conceituar como Pessoa com Deficiência a partir da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência proclamada pela ONU em 2006 que servirá de base para interpretação das normas, referentes a pessoas com deficiência, no ordenamento jurídico brasileiro.

O termo conceitual para se designar a pessoa com deficiência intelectual é muito importante, pois conforme já fora debatido anteriormente, estas pessoas já tiveram várias classificações relacionadas a elas. Até na própria construção do arcabouço legal os termos vão sendo mudados constitucionalmente. Hoje todas as deficiências relacionadas à questão intelectual, sejam elas quais forem: autismo, outras síndromes como Down etc...Foram compactuadas a designa-las com a terminologia adequada, pessoa com deficiência intelectual no sentido de que na era da inclusão o cuidado com a linguagem precisa ser considerada para realmente incluir aqueles que sempre estiverem por “fora”. Pessoas não portam deficiências, pessoas portam documentos e dessa forma e se observado anteriormente estas pessoas eram denominadas de pessoas portadoras de deficiência (mental). Por isso, é importante estar atento a este novo conceito.

Dessa forma, esta conceituação para a análise do mundo do trabalho é importante pois como já debatido anteriormente, as empresas para se adequar as legislações brasileiras precisam de um certo percentual de pessoas com deficiência e nestes estão inseridas também a pessoa com deficiência intelectual, seja quem ela for.

Mas considerado o contexto histórico de modos de produção capitalista desde implantação dos modelos Taylorista / fordista em que se desvalorizava o conhecer técnico do trabalhador. Mas, portanto, estes se apropriavam deste conhecimento técnico em proveito próprio para a emancipação do capital é perceptível notar, apesar das literaturas não registrar, que as pessoas com deficiência intelectual não tiveram sua vez, e se considerado a sua subjetividade visto que:

O taylorismo/fordismo, mais do que um sistema de gestão, embasou um reposicionamento dos proprietários dos meios de produção contra o poder da classe trabalhadora, desqualificando o saber-fazer tácito do operariado e solapando o antigo sindicalismo de ofício – o qual sofreria nos EUA a absurda acusação de apropriar-se do conhecimento técnico em proveito próprio (ou seja, em proveito dos trabalhadores que os acumularam ao longo da história). Por fim, difundido junto ao advento do Estado de Bem-Estar Social, o taylorismo/fordismo empreendeu um projeto de sociabilidade cujo objetivo era compor um coletivo de homens e mulheres dispostos não só a trabalhar, no âmbito das empresas, mas a viver, em todos os demais espaços do cotidiano, uma vida maquinal, enquanto consumidores de serviços e produtos industrializados em massa [...] Portanto, se é certo que a linha de série fordista consolidou a imposição, aos sujeitos do trabalho, de um ritmo e de um volume uniformes de suas tarefas, ditados pela velocidade maquinal dos objetos de trabalho sob a condução das gerências, o saber-fazer inerente a tais tarefas, por seu turno, necessariamente também já se encontrava uniformizado pelo “the one best way” de Taylor. Uma multidão de trabalhadores especializados, por fim, teve seus salários

rebaixados ou perdeu o emprego, ampliando o exército industrial de reserva (PINTO, 2012, p.135; 137)

Se considerado as especificidades das pessoas com deficiência intelectual, pode-se notar que apesar de estas não aparecerem nesse contexto, elas estiveram sempre à mercê. Dentro deste modelo fordista/taylorista em que mesmo não sendo considerada a intelectualidade do trabalhador com as condições extremas que eram impostas aos trabalhadores, não se conseguiam inserir todos os sujeitos e a ampliação do exército industrial de reserva. O que é possível entender que as pessoas com deficiência sempre estiveram presentes neste contexto, mas nunca mencionadas ou estudadas. A Estruturação do capital mesmo no período de guerras e depois delas, não se deu com a inclusão de todas as pessoas, mas através da exploração da classe trabalhadora. Apesar de que estas sempre existiram e estiveram presentes neste contexto, desde o modelo médico²⁸ de deficiência, até no modelo da era de produção industrial e capitalista, visto que:

Durante a era industrial, entre os séculos XVIII e XXI volta o interesse pelas chamadas “diferenças incomodas”. O novo sistema otimiza a crescente produção da indústria, submetendo operários a exaustivas jornadas de trabalho. As condições alimentares e sanitárias são precárias e provocam novas doenças e epidemias, além dos acidentes de trabalho. Novos métodos de tratamento das doenças e de suas sequelas são descobertos. A deficiência não era uma característica política importante, era sinônimo de doença (Para Todos: o movimento das pessoas com deficiência no Brasil, s.d, p.06)

No Brasil, as principais iniciativas para a luta e pela garantia dos direitos das Pessoas com Deficiência Intelectual, considerando as especificidades destas pessoas, se dará como movimento os movimentos das Pestalozzi em (1926) e APAES em (1954). Se considerar que até a metade do século XIX, “a deficiência Intelectual era considerada uma forma de loucura e era tratada em hospícios. Durante a República, iniciaram-se as investigações sobre a etiologia da deficiência

²⁸ “Embora esse modelo representasse avanço no atendimento às pessoas com deficiência, ele se baseia em uma perspectiva exclusivamente clinicopatológica da deficiência. Ou seja, a deficiência é vista como a causa primordial da desigualdade e das desvantagens vivenciadas pelas pessoas. O modelo médico ignora o papel das estruturas sociais na opressão e exclusão das pessoas com deficiência, bem como desconhece as articulações entre deficiência e fatores sociais, políticos e econômicos”. JÚNIOR Mário Cléber Martins Lanna. As Primeiras Ações e Organizações Voltadas para as Pessoas com Deficiência. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/asprimeiras-historia-pcd>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

intelectual, sendo que os primeiros estudos realizados no Brasil datam do começo do século XX”.²⁹

Para entender o contexto atual e como se dá as pessoas com deficiência intelectual nesse mercado de trabalho regido pelas leis da lógica liberal e econômica. Percebe-se que, estes sujeitos estão inseridos numa inclusão precária, marginalizada e instável. Neste contexto de mundo globalizado, capitalista e voltado a políticas neoliberais em que está intrínseco que o que vale eo capital requer é cada vez mais trabalhar a competitividade nas pessoas,por que:

[...] Nessa perspectiva mercadológica que é também e necessariamente política, assim como é livre a concorrência e a competitividade, é livre o indivíduo para agir de acordo com suas competências ou talentos – via de regra aurelados por uma sinistra capacidade inata –, para adaptar-se às normas estabelecidas pelo mercado. Vista sob esse prisma, a inclusão de pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho pode ser compreendida como uma política que, para além da legislação e em acordo com o discurso liberal, corresponde a uma prática do que, aos olhos do mundo desavisado, pode se chamar de “politicamente correto”. Não é o mercado que muda para acolher o sujeito com deficiência mental, é o sujeito que se adapta a esse processo. (ALVES; VEBER; SHEID. 2008 p.146; 147).

Nesse sentido, se considerar as novas estruturas impostas pelo capital e a reestruturação produtiva, baseada no toyotismo em que se baseia na subjetividade do trabalhador e que conforme estudos baseados no pensamento de Karl Marx vão dizer que:

Marx não compreende a subjetividade como um simples reflexo das determinações da base econômica, como um mero produto do econômico, e sim como um componente inseparável dos processos de formação da vida humana. O seu pensamento não pode ser reduzido a um objetivismo, a um mero determinismo econômico, unilateral, visto que a objetividade é impensável sem uma íntima correspondência com a subjetividade. Não há, para ele, objeto sem sujeito, como não há sujeito sem objeto. Nenhum dos polos dessa relação,sujeito e objeto, é posto como um dado a priori; eles se constituem na relação. Quer dizer, Marx não considera o indivíduo humano apenas no seu caráter objetivo, determinado, mas em seu processo de auto determinação[...].

O que Marx quer mostrar é,na verdade, que a subjetividade não é nem uma instância própria, autônoma, independente, abstrata,nem postanaturalmente,dadaimediatamenteao indivíduo,masconstruída socialmente, produzida numa dada formação social, num determinado

²⁹ JÚNIOR Mário Cléber Martins Lanna. As Primeiras Ações e Organizações Voltadas para as Pessoas com Deficiência. Disponível em:<http://www.bengalalegal.com/asprimeiras-historia-pcd>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

tempo histórico. Em consequência, a sua reflexão sobre a subjetividade não pode deixar de lado, por exemplo, uma análise da sociedade capitalista que a forja. (CHAGAS, 2013, p.16)

Ou seja, na visão apontada por Marx é a sociedade capitalista que forja a produção de subjetividades. O capital no processo de dominação societal, voltadas para a produção de valor, faz surgir novas formas de sociabilidade em que [...] “no plano ideológico, por meio do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contras as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social” (ANTUNES, 1999, P.48).

Nesse sentido, é possível entender e considerar que o modo de produção atual e baseada no toyotismo, baseados no culto ao subjetivismo, retira as formas de solidariedade. Impõe subjetivamente à produção de uma priorização baseado no individualismo, a compreensão que se terá e a de que a pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho não tem ou terão os seus espaços no mundo do trabalho. Estará sempre relegado ao segundo plano, visto que, neste novo modelo há uma intensa captura da subjetividade do trabalhador e um culto a um trabalhador polivalente, flexível e com capacidades para a solução de problemas. Transforma o trabalho numa relação de extrema competitividade entre os trabalhadores e desta forma, cada trabalhador para garantir o seu posto de trabalho terá que se moldar no perfil de trabalhador que o capital requer. Neste contexto é possível considerar que:

[...] Sob o toyotismo, o homem produtivo é instigado a pensar demais, mas de acordo com a racionalidade instrumental do capital. O cérebro dos operários e dos empregados não está mais livre, como no taylorismo-fordismo. . Deve-se combater nos locais de trabalho e nas instancias da reprodução social o pensamento crítico ou aquilo que Gramsci tratou como “um curso de pensamentos pouco conformistas”. Incentivam-se habilidades cognitivo-comportamentais pró ativas e propositivas no sentido adaptativo aos constrangimentos sistêmicos. (ALVES, 2011 p.65)

Se formos considerar a partir da reestruturação produtiva toyotista e pensando nas especificidades e subjetividades do trabalhador com deficiência intelectual, o mais provável a se considerar é o de que este não se encaixa neste “modelo exigido”, se considerar que [...] “o funcionamento cognitivo, nesse caso, depende fundamentalmente das relações sociais, dos processos interativos vividos pelos indivíduos humanos” (ALVES; VEBER; SHEID. 2008 p.154). Nesse sentido, Não é a deficiência por si só que traça o destino dos indivíduos, mas sim as experiências e as oportunidades que lhes são proporcionadas. (ALVES; VEBER; SHEID. 2008 p.155).

Portanto se basear especialmente no período mais recente em que é hegemônica a organização do trabalho toyotista, e que lida diretamente com a subjetividade e a capacidade intelectual dos trabalhadores e trabalhadoras, as oportunidades dadas a estes são inferiores aos dados aos considerados “normais”. Se for colocado em consideração de que estes sempre foram relegados à própria sorte, conforme já pontuado anteriormente nesta pesquisa.

Mas, se pensando a partir da produção flexível em que se exige a dinamicidade do trabalhador as considerações a se fazer é que:

[...] A flexibilidade da força de trabalho expressa a necessidade imperiosa de o capital subsumir, ou ainda, submeter e subordinar, o trabalho assalariado à lógica da valorização, através da perpétua sublevação da produção (e reprodução) de mercadorias, inclusive, e principalmente, da força de trabalho. É por isso que a “acumulação flexível” se apoia, principalmente, na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e ainda, dos produtos e padrões de consumo. É a flexibilidade do trabalho, compreendida como sendo a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa à força de trabalho, que irá caracterizar o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva. [...]

Por isso, mais do que nunca torna-se visível alterações no perfil educacional dos novos empregados nas grandes empresas da indústria ou serviços. O novo arcabouço tecnológico exige uma força de trabalho compatível com as exigências operacionais do novo maquinário. O discurso da competência implica novas capacidades operativas advindas das novas rotinas do trabalho flexível. Máquinas flexíveis exigem homens e mulheres flexíveis em suas capacidades de intervenção na produção. É o princípio toyotista da “autonomização”, isto é, operadores capazes de intervir no processo de produção visando resolver problemas ou dar palpites para otimizá-lo.³⁰

O que se apreende é que a pessoa com deficiência intelectual sempre fora relegada ao processo de exclusão. Principalmente neste novo modelo de produção capitalista em que se exige do trabalhador todas as capacidades produtivas, sociais e laborais. Neste modelo de produção enxuta³¹ o que se exigem menos trabalhadores para o desenvolvimento das tarefas, mas com o mesmo potencial de produção que a produção do capital requer.

³⁰ ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. Disponível em: http://www.giovannialves.org/artigo_giovanni%20alves_2010.pdf. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

³¹ Em seus traços básicos, o toyotismo estabelece uma produção mais diretamente vinculada à demanda, diferenciando-se com frequência da produção em série e de massa do taylorismo-fordismo. É um sistema que se estrutura no trabalho em equipe, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo, baseando-se num processo produtivo flexível onde o trabalhador/a opera simultaneamente várias máquinas”. (PINTO, 2017, p. 64)

Denota-se que apesar de ter tido um avanço considerável do movimento das pessoas com deficiência, em que estes conseguiram garantir através destas lutas a conquista por direitos e dentre destes o direito a ingressar no mundo do trabalho. Ainda se faz necessário a perpetuação destes direitos e principalmente a pessoa com deficiência intelectual que tem as suas especificidades a ser considerada.

Neste sentido, é possível o entendimento de que o que é que é mais preciso mudar as concepções da sociedade em relação a estas pessoas, elas têm as suas capacidades de se encaixar no mundo do trabalho se for consideradas a suas subjetividades e diferenças, mas o que está colocado é que neste modo de produção capitalista, estas para se “encaixarem” a este modelo e conseguir o seu lugar no mundo trabalho, ainda terá que lutar muito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi baseado em estudos de dissertações, artigos, leis, entre outros, para se conseguir entender o contexto da inserção da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho. Muitas das discussões aqui apresentadas ainda carecem de uma reflexão empírica rigorosa e penso eu, que este processo não possa ser interrompido.

No capítulo I foi traçado dados e informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de como estas pessoas foram denominadas no campo da pesquisa para a pesquisa estatísticas do Instituto, trazendo também dados do número de pessoas com deficiência no Brasil.

No capítulo II foi traçado a forma metodológica da pesquisa, perpassando desde a ontologia do trabalho, mudanças no mundo do trabalho e as formas de produção capitalista desde o fordismo até chegar numa análise mais aprofundada da reestruturação produtiva do toyotismo, tanto no Brasil quanto no mundo. Procurou-se dar uma pequena ênfase no toyotismo no Brasil já a partir da década de 90.

No capítulo III a construção do “ser deficiente”, através da história, até chegar à construção de quem é a “pessoa com deficiência intelectual” na atualidade. Foram mencionadas as legislações brasileiras concernentes aos direitos da pessoa com deficiência e de como foi construído a terminologia para que hoje se pudesse chegar ao termo: Pessoas com deficiência, pessoas com deficiência intelectual.

Para aprofundar a pesquisa foram trazidos discussões e referenciais que discutem a sociologia do trabalho, do direito, da educação, administração, recursos humanos, psicologia, entre outros.

Desenvolver a pesquisa foi um extremo desafio, principalmente pela complexidade do tema e de enquanto cientista social ter que definir quem é “deficiente”. Perceber que numa sociedade baseada num sistema capitalista cruel e com severa exclusão, algumas pessoas precisam ser vistas “conceituadas como sendo diferentes” para tentar serem “Incluídas”.

Neste sentido, o interesse da pesquisa era o de realmente tentar esta compreensão. Visto que, é perceptível que as pessoas consideradas “diferentes” e “deficientes”,

num sistema voltado para a produção e reprodução do capital, numa sociedade de “perfeitos”, os que não se encaixam neste limite requeridos são sempre jogados à margem da exclusão. Nesse contexto, ficam de fora também os menos escolarizados e a percepção é de que as pessoas com deficiência intelectual são os menos absorvidos, por apresentar talvez maiores dificuldades de escolarização e em compatibilidade com as regras do mercado e que o capital requer. Visto que a exclusão destes já se inicia no processo educacional, apesar de ser garantido a estes a inclusão “real” e de “fato” em várias prerrogativas legais, ainda não seé executado eficazmente.

Durante o percurso da pesquisa percebemos que o tema apesar de ser de interesse de vários campos de conhecimento tais como: direito, educação, administração saúde, entre outros, ele é pouquíssimo estudado no campo de conhecimento da sociologia. Neste sentido e entendendo que esta noção de campo “[...] vem designar uma espécie de zona cultural que ocupa uma posição no mapa da estrutura social e se distingue de outras zonas, por seus interesses, estruturas, regras, leis e formas de poder, hierarquia e prestígio”. (MARTELETO; PIMENTA 2017, p.10)

Esta foi uma das maiores dificuldades da pesquisa, pois não se acham estudos sociológicos sobre a pessoa com deficiência, quiçá a pessoa com deficiência intelectual. Parece que estes sujeitos não são do interesse deste campo de conhecimento, ou não existem socialmente, não são indivíduos, ou até mesmo que neste campo da produção do conhecimento estes também são “excluídos, indiferentes”, considerados “invisíveis” e até mesmo inexistentes.

Bourdieu, Já criticava os meios científicos e à instituição universitária eas relações de poder e dominação no campo das ciências. Nesse sentido,em relação ao campo da produção e investigação sociológica, para a busca pelo conhecimento da ciência de quem são estes indivíduos “pessoas com deficiência intelectual”. Observa-se é que “[...] a sociologia parece desencantar o mundo social e talvez nesta sua força residam seus maiores empecilhos. Desvendando privilégios, opressões e hierarquias, o resultado de suas pesquisas produz mal-estar, mas também esperanças” (ARAÚJO;ALVES; CRUZ,2009, p.33), mas infelizmente e difícil de acreditar, percebe-se que neste campo de estudo, não há o menor interesse de se buscar conhecimento sobre estes indivíduos.

Considerando o fato que as ciências sociais devem estar atentas as complexidades da vida social em todos os âmbitos da sociedade, sejam elas quais forem, estudar estes indivíduos e as várias nuances em questão envolvidos e inseridos, é de grande importância para além da produção de conhecimento. Mas de forma a produzir substancialidades baseados na ciência, para de alguma forma trazer uma interferência para garantir, além de conhecimentos, um retorno positivo para a vida destes indivíduos e que conforme observado nesta pesquisa são excluídos até mesmo no conhecimento científico dentro do meio social, mesmo estando inseridos dentro da sociedade.

Também se percebeu nesta pesquisa é que as pessoas com deficiência intelectual, partindo da discussão da inserção destes no mundo do trabalho, do ponto da investigação e baseada na atual reestruturação produtiva vigente no país e que segue o modelo do sistema toyotista de produção é que estes são bem pouco aceitos. Dentro do processo covarde e cruel de produção capitalista e voltado a atender os interesses e demandas do capital, estes sofrem a exclusão dubiamente devido as suas especificidades.

Percebe-se também é que dentro deste tema e deste objeto de pesquisa, ainda tem muitíssimos pontos a serem estudados em pesquisas posteriores. Visto que mesmo tendo bastantes pesquisas em outras áreas do conhecimento, nenhuma delas foram possíveis explicar certas nuances e que ainda necessitam de explicação.

Na pesquisa conseguiu-se, explicar de forma ainda singular, o motivo pelo qual estas pessoas são excluídas do mercado de trabalho. Foi perceptível que na lógica de mercado e baseado numa sociedade capitalista e excludente o que rege é a ideia do ser “perfeito”.

Outro gargalo é que necessita ainda de estudos é se as pessoas com deficiência intelectual são capazes ou não de exercer as atividades laborativas. Percebeu-se que de todas as deficiências estas são as que menos estão inseridas no mundo do trabalho. Apesar de termos uma luz de que na reestruturação produtiva, estes indivíduos questionados são considerados “imperfeitos”, não se encaixam no perfil deste sistema e desta lógica.

Outro ponto a ser estudado é se realmente a chamada “lei de cotas”, consegue inserir estes indivíduos, visto que, nos referenciais pesquisados, pontuam que esta lei favoreceu a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, mas as estatísticas apontadas pelo IBGE mostram o contrário.

Outra questão que precisa ser discutida e estudada é se as empresas que admitem as pessoas com deficiência em seus quadros de pessoal fazem isso pela imposição legal ou questão social e qual é a visão ou interpretação destes em relação a pessoa com deficiência intelectual.

Outra coisa e que precisa ser estudada e com rigor é se a escolarização ou a falta dela interfere para a inserção destas pessoas no mundo do trabalho. Visto que, pela percepção da realidade, muitas destas pessoas com deficiência, principalmente as com deficiência intelectual, estão às margens sociais tendo que viver através da políticas afirmativas da assistência social chamada BPC e outras estão esquecidas dentro de ONGs (APAES E PESTALOZZIS), locais onde elas dizem serem “aceitas” e “incluídas”.

Outra questão séria e que necessita de um estudo rigoroso é como ficará a situação das pessoas com deficiência, na atualidade brasileira pós-golpe de 2016. Se considerar que a política arbitrária do governo atual tem refletido numa situação difícil para os trabalhadores brasileiros. Diariamente se corta direitos sociais básicos, congelamento de gastos públicos por vinte anos seguidos, direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores/trabalhadoras em geral. Atualmente querendo também mudar a “lei de Cotas” e muitos mais direitos das pessoas com deficiência e construída e conquistada através de um processo incessante de lutas e resistências.

Na atualidade brasileira, as trabalhadoras/trabalhadores brasileiros estão lhes sendo cortados os seus direitos e refletindo na constante exploração do trabalho, modo de trabalho intermitente, desemprego desenfreado, busca de atividades informais de trabalho para se garantir a sobrevivência. Desse modo, como ficarão as pessoas com deficiência intelectual se considerar este contexto atual na política brasileira. Sendo esta também uma proposta de pesquisa posterior.

Espero que tenha contribuído para o fortalecimento do debate e a fim de que se construam outras discussões sobre o devido tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo:Boitempo. 2000

_____.**Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha.** Disponível em:<http://www.giovannialves.org/artigo_giovanni%20alves_2010.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2017.

_____.**Trabalho e Mundialização do Capital: A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização.** 2ª ed. Praxis Londrina 1999. Disponível em: <<http://www.giovannialves.org/livrotmc.pdf>>. Acesso em 05 de dezembro de 2017

_____. **Trabalho e sindicalismo no Brasil.** revista de sociologia e política Nº 19: 71-94 NOV. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n19/14624.pdf>>. Acesso em 19 de Novembro de 2017.

_____. **Trabalho e desigualdade social na reestruturação capitalista: um balanço da “década neoliberal” no Brasil.** Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3736>>. Acesso em 19 de novembro de 2017.

ALVES, Giovanni; MORAES, Livia. **Trabalho e Estratégias empresariais no capitalismo global toyotismo e "captura" da subjetividade.** REVISTA Mediações LONDRINA, V.11,N.I,p.IOS-124,JAN./JUN. 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9006/7501>>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2001.

_____.**Os sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O Averso do trabalho.** Organizadora Aparecida Moraes Silva. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990.** Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. XXVII, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/soc/v27/v27a02.pdf>> .Acesso em: 21 de novembro de 2017.

ANTUNES, Ricardo; ALVES Giovanni. **As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital.** Educ. Soc.Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo. **A fábrica da educação:** da especialização taylorista à flexibilização toyotista. Sao Paulo: Cortez, 2017.

ALVES, Solange Maria; VEBER, Susane Cristina Thebaldi; SCHEID, Rosely Catarina Fritzen. **Trabalho, educação e deficiência mental:** a inclusão laboral como fator de desenvolvimento humano. Pedagógica, vol 10, n. 21, jul a dez de 2008. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/320>>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR. 6023:2002. Normalização de referências.** Universidade Federal do Espírito Santo. Edufes. 2015

_____. **Normalização e Apresentação de Trabalhos Científicos e Acadêmicos.** . Universidade Federal do Espírito Santo. Edufes. 2015.

ARAÚJO F.M.de B; ALVES; E.M; CRUZ, M.P. **Algumas Reflexões em Torno dos Conceitos de Campo e de Habitus na Obra de Pierre Bourdieu.** Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia v.1, n.1, jan-jun 2009.

BRASIL. PARATODOS: **Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** Secretaria de Direitos Humanos. [Brasília][s.d]

Banco de Teses e Dissertações. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/> CAPES>. Acesso em: 06 de Julho de 2017.

BARBOSA, Eduardo. **I Encontro Nacional de Dirigentes do Movimento Pestalozziano:** Disponível em:

<<http://eduardobarbosa.com/sitedata/filesdt/biblioteca/42/encontropestalozzi.pdf>>.

Acesso em: 10 de dezembro de 2017..

BENEVIDES, G. M. M. C. **O mercado de trabalho das pessoas com deficiência e o impacto da lei de cotas:** Aspectos metodológicos e a experiência no município de Campinas/SP. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia. Unicamp. Campinas, 2017.<<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322473>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2017

BIANCHETTI, Luicídio. FREIRE, Ida Mara (Orgs.). **Um Olhar sobre a diferença:** Interação, Trabalho e Cidadania. Campinas, SP. Papirus-1998.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, **dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 10 de julho de 2017>.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 09 de dezembro de 2017.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: <<https://www.ghc.com.br/files/EstatutodaPessoaComDeficiencia.pdf> >. Acesso em: 15 de dezembro de 2017.

BRASIL. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.** LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em 10 de Outubro de 2017.

CANO, Wilson. **Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954:** a reconstrução do estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. Revista de Economia Política, vol 35, nº 3 (140), p. 444-460, julho-setembro/2015. Disponível

em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v35n3/1809-4538-rep-35-03-00444.pdf>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2017.

COLBARI, Antônia L. **ética do Trabalho**. Editora Letras & letras. FCAA/UFES, ES. 1995.

Câmara dos Deputados. **Década de 40**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/decada-de-40>. Acesso em: 18 de Novembro de 2018

CECCIM, Ricardo Burg. **Exclusão da alteridade: de uma nota de imprensa a uma nota sobre a deficiência mental**. IN: SKLIAR, Carlos. CECCIM, Ricardo Burg. LULKIN, Sergio André; BEYER, Maura Corcini. (orgs). **Educação & exclusão: Abordagens Sócio-antropológicas em Educação Especial**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. **O Pensamento de Marx Sobre a Subjetividade**. Revista Dialectus Ano 1 n. 2 Janeiro-Junho 2013 p. 14-32. Disponível em: <<http://www.revistadialectus.ufc.br/index.php/RevistaDialectus/article/viewFile/72/57>> Acesso em: 11 de dezembro de 2017.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. 9ª ed. Rio de Janeiro. RJ. LTC. 1963.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (Org.) **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

Filgueiras, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. Enpublicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 19 de novembro de 2017.

FREITAS, Maria Nivalda de Carvalho; MARQUES, Antônio Luiz . **A Diversidade através da História: a Inserção no Trabalho de Pessoas com Deficiência**. O &S- v.14 - n.41 - Abril/Junho - 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v14n41/03.pdf>>. Acesso em 12 de dezembro de 2017.

GARCIA, Vinicius Gaspar. **Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil**. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 165-187, abr. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462014000100010> . Acesso em 08 dez. 2017.

GARCIA, V. G.; MAIA, A. G. **A inclusão das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro em 2000 e 2010 – Panorama e mudanças em uma década**. Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2012. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/search/search>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2017

GARCIA, V. G; MAIA, A. G. **Características da participação das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro**. Rev. bras. estud. popul., Dez 2014, vol.31, no.2, p.395-418. ISSN 0102-3098 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010230982014000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em : 12 de dezembro de 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**- 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Os limites do capital**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

IANNI, Octavio. **Globalização e Neoliberalismo**. São Paulo, Perspectiva, 1998. Disponível em:<http://files.professor-benedito-carlos.webnode.com/200000009-ea25feb1e1/globaliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20neoliberalismo.pdf>. Acesso em: 18 de novembro de 2017.

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Biblioteca digital Brasileira de Teses e dissertações**. Disponível em:<<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 07 de julho de 2017

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm>. Acesso em 11 de dezembro de 2017.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **Deficiência e Trabalho**- Polêmicas de Nosso Tempo. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____. **Deficiência e Trabalho**: Redimensionando o singular no contexto universal. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, M.S. 2002

Legislação Brasileira Sobre Pessoas Com Deficiência [recurso eletrônico]. – 7. Ed. – Centro de Documentação e Informação. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. (Série legislação; n. 76)

LIKER, Jeffrey K. **O Modelo Toyota**: 14 Princípios de Gestão do Maior Fabricante do Mundo. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção de conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 05/02/2017.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. In: O jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. 2ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. **A desordem do trabalho**. Editora TT Scritta. SP. 1996.

MARX, K. O processo de trabalho ou o processo de produzir valores de uso. In: **O Capital**: Crítica da Economia Política, Volume I. Civilização Brasileira. São Paulo: 2008.

_____. **O Capital**: Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 26 ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira; 2008.

_____. **O processo de trabalho e o processo de valorização.** In: O Capital, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARCONI; Marina de Andrade, LAKATOS; Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5ed. São Paulo: Atlas; 2002.

MARTELETO Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (Orgs). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação.** 1. ed. - Rio de Janeiro : Garamond, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, Livia de Cassia Godoi. **Pulverização de capital e intensificação do Trabalho:** O caso da Embraer. Dissertação de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. S.P 2013.

MORAES, Livia de Cássia Godoi. **O capital ganha asas: reestruturação produtiva no setor aeroespacial brasileiro : o caso da EMBRAER.**- Marília, 2007.164 f.; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Ciências sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, 2007.. - Marília, 2007.

OLIVEIRA, Eurenice de. **Toyotismo no Brasil:** desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OURIVEIS, Maíra. “**Acumulação flexível, tecnologia e mudanças no mundo do trabalho:** da reestruturação produtiva aos home offices”, Revista Estudos do Trabalho, Ano VI, Número 12, Marília, UNESP. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org>. Acesso em 20/10/2017.

OLIVEIRA, Erson Martins de. **A Greve da General Motors Corp. Expressou a Agudização da Crise Capitalista.** Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v5_artigo_erson.pdf. Acesso em 10 de dezembro de 2017..

PASTORE José. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. São Paulo: LTr, 2000.

PINTO, Paula Campos. **Deficiência, sociedade e direitos – a visão do sociólogo**. Disponível em: < <http://www.icjp.pt/sites/default/files/media/723-1116.pdf>>. Acesso em 07 de junho de 2016.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX**: taylorismo, fordismo e toyotismo. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **De Demiurgo a operário: Uma Análise Gramsciana do Trabalho sob o Taylorismo/ fordismo**. Volumen XII / N° 2 / julio - diciembre 2012 / pp. 133-151. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/ssa/v12n2/art06.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

_____. **Uma abordagem metodológica do tema reestruturação produtiva**. [s.d]. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/Una%20abordagen%20metodologica%20do%20tema.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2017

PRATES, Jane Cruz. **O Planejamento da Pesquisa Social**. Temporalis nº7. Porto Alegre, ABEPSS, 2003.

_____. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social**: uma relação necessária. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul.2012. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf. Acesso em: 11 de dezembro de 2017.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. **Revista Educação Especial** | v. 29 | n. 56 | p. 583-596 | set./dez. 2016. Santa Maria. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/22493/pdf>>. acesso em 09 de dezembro de 2017

Retratos da deficiência no Brasil. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/deficiencia_br/PDF/PPD_Sumario_Executivo.pdf>. Acesso em: 09 de dezembro de 2017.

SOUSA, Carlos Henrique Gomes. **A categoria trabalho e a pessoa com deficiência intelectual**: da exclusão a inclusão. In: _____. Pessoa com deficiência intelectual - Desafios para inclusão nas empresas de grande porte do Pólo Industrial de Manaus/AM Dissertação PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18139/18139_4.PDF>. Acesso em 10 de julho de 2017.

CECCIM, Ricardo Burg. **Exclusão da alteridade**: de uma nota de imprensa a uma nota sobre a deficiência mental. IN: SKLIAR, Carlos. CECCIM, Ricardo Burg. LULKIN, Sergio André; BEYER, Maura Corcini. (orgs). Educação & exclusão: Abordagens Sócio-antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI. Romeu Kazumi. **Terminologia Sobre Deficiência na Era da Inclusão**. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540> .Acesso em: 10 de dezembro de 2017.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea**: de Getúlio a Lula. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

TRINDADE, Hiago. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 225-244, maio/ago. 2017. **Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo**. <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0225.pdf>>. Acesso em 08 de dezembro de 2017.

WEID. Olivia Von Der. **Entre as linhas da cegueira**: Uma aproximação prático-teórica dos conceitos de Natureza e Cultura na antropologia contemporânea. Disponível em: http://sociofilo.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2014/10/4_Vonderweid.pdf. Acesso em 05 de dezembro de 2017.